



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

TAMARA RUSANSKY

**ATIVISMO FEMINISTA TRANSNACIONAL CONTRA A OCUPAÇÃO
ISRAELENSE DA PALESTINA: MULHERES COMBATENDO O MILITARISMO
MASCULINIZADO, PROMOVENDO A PAZ E A TRANSFORMAÇÃO DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

TAMARA RUSANSKY

**ATIVISMO FEMINISTA TRANSNACIONAL CONTRA A OCUPAÇÃO
ISRAELENSE DA PALESTINA: MULHERES COMBATENDO O MILITARISMO
MASCULINIZADO, PROMOVENDO A PAZ E A TRANSFORMAÇÃO DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO**

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mónica Salomón

**FLORIANÓPOLIS
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) à aluna Tamara Rusansky na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Mónica Salomón

Prof^a. Dr^a. Cristina S. Wolff

Prof. Jonathan Raphael Vieira da Rosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Mónica Salomón, pela imensa ajuda e incentivo durante a elaboração desta monografia e especialmente por ser quem me fez começar a estudar questões de gênero, o que eu desejo continuar fazendo por muito tempo.

Agradeço à minha família, meu pai, minha mãe e minha irmã, por sempre me apoiarem e confiarem nas minhas escolhas, por toda a dedicação e carinho. Agradeço também aos meus avós, que estiveram tão próximos de mim durante o período de elaboração desta monografia, e aos meus tios acadêmicos, pelas dicas e o material bibliográfico que me enviaram.

Agradeço aos meus amigos, por estarem sempre ao meu lado mesmo quando estou do outro lado do mundo, em especial àqueles que conheci ao longo desses cinco anos na Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço à turma 2011.1 da qual sempre me senti parte e à turma 2012.1 por ter me acolhido tão bem.

Agradeço aos professores e professoras de Relações Internacionais, em especial à professora Patrícia, e também aos de outros cursos com quem tive o privilégio de ter aula, por terem me proporcionado uma formação rica. Estendo meu agradecimento à Universidade Federal de Santa Catarina e seus servidores e servidoras, por me propiciarem a estrutura que possibilitou uma feliz vida universitária.

RESUMO

Com base nos estudos de caso de três redes feministas com escopo internacional, *Coalition of Women for Peace*, *CODEPINK* e *Women in Black*, o presente trabalho analisa o ativismo feminista e antimilitarista empreendido por redes de mulheres de paz contra a ocupação israelense da Palestina. Esta ocupação, vista desde uma perspectiva feminista, representa um sistema militarizado e opressor que perpetua a marginalização das mulheres. O foco do trabalho é colocado simultaneamente na articulação transnacional feminista das redes ativistas e na organização de mulheres – *como mulheres* – mobilizando sua identidade de gênero, para se opor ao militarismo e promover a paz. Dessa forma, questiona-se por um lado as motivações que levam ativistas feministas a se articularem transnacionalmente na luta contra a ocupação e as estratégias empregadas para tal, e por outro as relações entre as mulheres e a promoção da paz. Redes feministas de paz postulam que as relações de gênero são relações de poder caracterizadas pela dominação do feminino pelo masculino, que ao mesmo tempo reproduzem e são reproduzidas pela guerra e militarização. Assim, as ativistas baseiam-se em sua experiência *como mulheres* e sustentam que transformar as relações de gênero é importante recurso para a paz. Motivadas pela solidariedade feminista transnacional, essas redes de mulheres se conectam através das fronteiras em torno ao objetivo comum de acabar com a ocupação israelense e com a marginalização das mulheres. Mobilizando-se *como mulheres*, ativistas feministas mostram que a luta contra a ocupação israelense é uma luta de mulheres em nível transnacional: uma luta contra o militarismo masculinizado, pela transformação das relações de gênero assimétricas e pela paz.

Palavras-chave: relações de gênero; ocupação israelense da Palestina; ativismo feminista transnacional; movimento de mulheres pela paz; antimilitarismo; solidariedade

ABSTRACT

Based on the case studies of three international feminist networks, Coalition of Women for Peace, CODEPINK, and Women in Black, this work analyses the transnational feminist and anti-militarist activism undertaken by women's peace networks against the Israeli occupation of Palestine. This occupation, seen from a feminist perspective, represents a militarized and oppressive system that perpetuates women's marginalization. This work's focus is simultaneously the transnational feminist articulation of these networks and the organization of women – *as women* – mobilizing their gender identity, to oppose militarism and promote peace. Thus, this thesis scrutinizes the motivations of feminist activists to organize transnationally to fight occupation and the strategies employed for this purpose; and the relation between women and peace promotion. Feminist peace networks postulate that gender relations are power relations characterized by the domination of the feminine by the masculine that concomitantly reproduce and are reproduced by war and militarization. Thus, feminist activists draw from their experiences as women and assert that transforming gender relations is an important vehicle for peace. Motivated by transnational feminist solidarity, these women's networks connect with each other across borders around the common goal of ending Israeli occupation and women's marginalization. Mobilizing as women, feminist activists show that the struggle against the occupation is a women's struggle on a transnational level: against militarism, for the transformation of asymmetrical gender relations and for peace.

Keywords: gender relations; Israeli occupation of Palestine; transnational feminist activism; women's movement for Peace; antimilitarism; solidarity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DIMENSÕES DE GÊNERO DA GUERRA, PAZ E ATIVISMO TRANSNACIONAL....	11
1.1 Gênero como categoria de análise nas Relações Internacionais	11
1.2 Gênero e a Guerra	15
1.3 Mulheres e ativismo de paz	18
1.4 Ativismo transnacional de mulheres	22
2 DIMENSÕES DE GÊNERO DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE	29
2.1 Impactos generificados da ocupação	30
2.1.1 As mulheres israelenses e os impactos generificados da ocupação	30
2.1.2 As mulheres palestinas e os impactos generificados da ocupação.....	33
2.2 Ativismo de paz: mulheres israelenses e palestinas contra a ocupação israelense	35
2.2.1 Ativismo de mulheres palestinas.....	36
2.2.2 Ativismo de mulheres israelenses	39
2.2.3 Ações conjuntas.....	42
3 ATIVISMO FEMINISTA TRANSNACIONAL DE PAZ: COALITION OF WOMEN FOR PEACE, WOMEN IN BLACK E CODEPINK CONTRA A OCUPAÇÃO ISRAELENSE.....	46
3.1 Do local ao global: enfraquecimento do movimento de paz de mulheres no âmbito local e a busca por solidariedade no âmbito global	46
3.2 Ativismo feminista transnacional contra a ocupação israelense: <i>Coalition of Women for Peace, Women in Black e CODEPINK</i>	49
3.2.1 Coalition of Women for Peace	49
3.2.2 Women in Black.....	53
3.2.3 CODEPINK.....	58
3.3 Redes feministas contra a ocupação: solidariedade transnacional e mobilização da identidade de gênero para promover a paz	61
3.3.1 Estratégias e articulação internacional: solidariedade feminista transnacional	61
3.3.2 Mulheres organizadas <i>como mulheres</i> : mobilizando a identidade de gênero	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

INTRODUÇÃO

A ocupação israelense dos territórios palestinos iniciada em 1967 é um sistema militarizado inserido em um contexto de conflito que produz múltiplas formas de opressão, inclusive de gênero. O presente trabalho enxerga a ocupação israelense através das lentes de gênero¹. Lentes de gênero são àquelas que permitem focar no gênero como um tipo particular de relação de poder. Parte-se da concepção de que essa relação de poder determinada pelo gênero é produzida em processos sociais e caracterizada por uma dominação do feminino pelo masculino. Olhar para a ocupação israelense através de lentes de gênero envolve observar práticas do dia-a-dia que refletem distinções existentes entre o que significa ser um homem e o que significa ser uma mulher nesse contexto. Ao fazê-lo, é possível perceber que os impactos da ocupação na vida das mulheres são distintos aos impactos na vida dos homens, tanto do lado opressor quanto do lado oprimido do conflito.

Por outro lado, as lentes de gênero permitem enxergar também que tanto em Israel quanto nos territórios palestinos, mulheres israelenses e palestinas se organizaram fortemente a partir da primeira intifada palestina, iniciada no ano de 1987, em grupos e redes exclusivos de mulheres para se opor à ocupação e lutar pela paz na região, através de iniciativas não-violentas. Assim como em Israel e nos territórios palestinos, em distintos países ao redor do mundo mulheres se organizam em grupos e redes, frequentemente exclusivos de mulheres e com orientação feminista, para se opor às guerras e ao militarismo e promover a paz e amiúde se articulam umas com as outras internacionalmente. Os exemplos são inúmeros, assim como os estudos acadêmicos sobre estes.

A problemática da ocupação israelense, contra a qual um forte movimento de mulheres passou a lutar no âmbito local a partir de 1987 em Israel e na Palestina, gradualmente foi inserida na agenda de redes de mulheres ao redor do mundo que lutam contra as guerras, o militarismo e a opressão de gênero. Isso aconteceu em parte espontaneamente e em parte de maneira induzida pelas organizações locais israelenses, palestinas e conjuntas que buscaram aliados fora das fronteiras uma vez que enfrentaram barreiras domesticamente. Atualmente, diversas redes transnacionais de mulheres que lutam contra as guerras e o militarismo e buscam promover a paz estão envolvidas com a problemática da ocupação israelense.

¹ Jill Steans explicou que “olhar para o mundo através das lentes de gênero é focar no gênero como um tipo particular de relação de poder ou delinear as maneiras nas quais gênero é central para compreender processos internacionais” (STEANS, 1998, p. 5, tradução nossa).

Diante dessa realidade, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar o ativismo de redes de mulheres de paz com escopo internacional que lutam contra a ocupação israelense. Para atingir tal objetivo, escolheram-se como estudos de caso três redes de mulheres que lutam contra as guerras e o militarismo – três redes de paz. O critério para a seleção das três redes foi a sua magnitude na luta contra a ocupação em nível internacional e os seus denominadores comuns, entre os quais a exclusividade feminina, a forte articulação internacional e a orientação feminista. As três redes escolhidas como estudos de caso foram a *Coalition of Women for Peace* (CWP), *CODEPINK* e *Women in Black* (WiB).

A *Coalition of Women for Peace* (CWP) é uma organização israelense que desde o início dos anos 2000 congrega distintos movimentos de paz de mulheres em Israel (judias e árabes) em uma só coalizão, tornando-se a organização que representa o movimento de mulheres contra a ocupação. Possui forte capacidade de articulação em nível internacional e adota uma perspectiva feminista para combater a ocupação israelense, através de projetos criativos e buscando atuar em conjunto com redes feministas transnacionais de paz.

O movimento *Women in Black* (WiB), é o segundo movimento aqui estudado. Nascido em Israel, o WiB transformou-se em uma rede feminista transnacional de paz, espalhada por todos os continentes. É um movimento de mulheres chamativo e foi foco de inúmeros estudos feministas. Com suas poderosas vigílias silenciosas, mulheres vestidas de preto transmitem mensagens antimilitaristas e pedem incansavelmente pelo fim da ocupação.

O *CODEPINK* é o terceiro movimento feminista escolhido como estudo de caso desta pesquisa. Trata-se de uma rede feminista transnacional criada nos Estados Unidos (EUA) que luta contra as guerras e o militarismo, buscando promover a paz e a justiça social. Famosa pelas suas ações criativas e disruptivas, a rede é ativa na luta contra a ocupação israelense.

Sendo assim, por meio da análise das ações destas três redes feministas que atuam contra a ocupação israelense, o presente trabalho busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são os elementos que caracterizam a atuação das redes feministas que lutam, internacionalmente e *como mulheres*, contra a ocupação israelense? A pergunta tem um foco duplo. O primeiro é a articulação transnacional dessas redes de mulheres, questionando as motivações que levam mulheres a se articular através das fronteiras e combater a ocupação e os métodos de ação empregados para fazê-lo. Ao dizer que mulheres lutam *como mulheres*, referimo-nos a que o fazem mobilizando sua identidade de gênero, ou seja, supondo que existe uma relação entre a luta contra a ocupação (e pela paz) e o fato de serem mulheres, sendo assim o segundo foco é justamente essa relação entre as mulheres e a paz.

Para alcançar os objetivos analíticos da pesquisa, são utilizadas as seguintes fontes: documentos produzidos pelas organizações estudadas, entre os quais relatórios anuais, declarações e *newsletters*, discursos de ativistas membros, declarações de conferências internacionais de mulheres ativistas, vídeos e resumos de campanhas realizadas pelas organizações estudadas. São também utilizadas publicações acadêmicas e artigos de jornal no tema.

Este estudo está dividido em três capítulos. O primeiro traz considerações teóricas sobre gênero como categoria de análise, as dimensões de gênero da guerra, as relações entre mulheres e a paz e o ativismo transnacional feminista, introduzindo conceitos e debates considerados essenciais para o estudo das dimensões de gênero da ocupação israelense e para a análise do ativismo de redes feministas contra a mesma.

Buscando evidenciar as dimensões de gênero da ocupação israelense, o segundo capítulo se divide em duas seções. A primeira expõe os impactos da ocupação na vida das mulheres israelenses e palestinas, revelando como de múltiplas formas as mulheres são afetadas pelo contexto de militarização e violência, em função de seus papéis tradicionais determinados pelo gênero, em ambos os lados do conflito. A segunda seção do capítulo mapeia a trajetória do movimento de paz de mulheres em nível local: em Israel e na Palestina. Em notas de rodapé realizam-se esclarecimentos e contextualizações históricas sobre o conflito Israel-Palestina.

O terceiro e último capítulo apresenta as três redes selecionadas como estudos de caso, focando em quatro aspectos: seus métodos de ação, suas identidades de gênero e feministas, sua articulação internacional e suas ações contra a ocupação israelense. A continuação, analisa o ativismo das três redes sob a ótica de dois prismas, o da articulação transnacional feminista e o da mobilização da identidade de gênero para promover a paz.

1 DIMENSÕES DE GÊNERO DA GUERRA, PAZ E ATIVISMO TRANSNACIONAL

O presente capítulo tem caráter teórico e busca apresentar conceitos, teorias e debates chave para a análise do ativismo de redes transnacionais de mulheres contra a ocupação israelense. Primeiramente desenvolve-se a ideia de gênero como relação de poder, de acordo com as abordagens feministas de Relações Internacionais. Em seguida, exploram-se os efeitos generificados² da guerra. Na sequência é apresentado o debate sobre o papel das mulheres no ativismo de paz. Por último, introduz-se a temática do ativismo transnacional de mulheres, apresentando conceitos básicos de ação coletiva transnacional necessários para a análise.

1.1 Gênero como categoria de análise nas Relações Internacionais

A presente pesquisa parte da concepção de que olhar para o mundo através das lentes de gênero pode fornecer novas respostas, não apenas ao estudo do conflito Israel-Palestina, mas à análise da política internacional de forma geral. O uso de lentes é uma metáfora utilizada por distintos autores que teorizam feminismo em Relações Internacionais. Acredita-se que enxergar o mundo da política internacional através de lentes alternativas, no caso lentes de gênero, permite uma visualização alternativa da política internacional daquela convencionalmente oferecida (PETERSON; SISSON RUNYAN, 1999 apud ZALEWSKI, 2010). Essa visualização não é necessariamente divergente da convencional, mas sim mais completa. Sendo assim, cabe em primeiro lugar esclarecer o que aqui se entende por gênero assim como o significado da utilização do gênero como categoria de análise.

Definir gênero é um desafio. O gênero é frequentemente compreendido como sinônimo de sexo, ou seja, como um fenômeno biológico, pautando-se na crença de que os indivíduos devem agir de determinada forma em função de suas características biológicas e anatômicas, que podem ser ou masculinas ou femininas. A teoria feminista³ questiona essa concepção ao assumir que as diferenças de gênero não são apenas consequência de diferenças biológicas entre homens e mulheres. Feministas utilizam o termo gênero geralmente para referir-se a um fenômeno socialmente construído. Nessa visão, gênero se refere às características culturalmente

² Utiliza-se aqui o termo generificado(a) como tradução do termo inglês *gendered* para referir-se à atribuição de uma identidade moldada pelas relações de gênero.

³ Cabe ressaltar que a teoria feminista não é uma só teoria, uma vez que existe uma pluralidade de vertentes, incluindo radical, liberal, socialista, pós-moderna e outras. O presente texto utiliza os termos feminismo e feministas indistintamente para referir-se a todas as correntes, sem optar por uma vertente específica.

definidas que são associadas à ideia de masculino e feminino, e que são institucionalizadas através da aceitação popular de se comportar de determinada maneira, de seguir certas regras inventadas por uma cultura particular num sistema social. Gênero é, nesse sentido, a expectativa socialmente construída de que por pertencer a uma das duas categorias existentes, baseadas no físico, no biológico – feminino ou masculino – é preciso comportar-se de determinada maneira (SJOBERG, 2013).

O uso da palavra gênero tem uma trajetória que acompanha a luta de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Dentro do movimento feminista, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres, a palavra gênero passou a ser usada nos debates (PEDRO, 2005, p. 77). O feminismo começou a utilizar o termo gênero para referir-se a um fenômeno socialmente construído. A historiadora feminista Joan Scott definiu gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos que é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). As teorias feministas mostram que o significado de pertencer ao grupo masculino ou ao grupo feminino varia cultural e historicamente e que, na grande maioria das culturas e momentos históricos, as diferenças de gênero significaram e significam hoje relações de poder caracterizadas pela dominação das mulheres por parte dos homens.

Existem características que são tradicionalmente associadas à masculinidade e outras à feminilidade. As características habitualmente associadas à masculinidade são a força, proteção, agressão, dominação, coragem, independência e liderança. Por outro lado, características como fraqueza, vulnerabilidade, emoção, submissão, cuidado e ternura têm sido tradicionalmente associadas à ideia de feminino. Na vida social e política, as características associadas à masculinidade são mais valorizadas do que àquelas associadas à feminilidade (SJOBERG; VIA, 2010).

Quando deixa-se de assumir que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e compreende-se que se trata de um conjunto de normas e significados que oferecem aos indivíduos elementos para a construção de suas identidades, torna-se possível examinar como as relações desiguais de gênero são construídas e sustentadas nas diversas áreas da vida pública e privada, inclusive em nível internacional (TICKNER, 1992). Sendo assim, compreende-se que o gênero pode servir como categoria de análise nas Relações Internacionais (MONTE, 2010).

As abordagens feministas em Relações Internacionais mostram que as diferenças de gênero estão intrinsicamente relacionadas ao estudo e às práticas da política global. De acordo

com Laura J. Shepherd em “*Gender Matters in Global Politics*”, a questão de gênero não é algo que devemos acrescentar ao estudo da política global, mas sim um elemento que integra o seu funcionamento, dado que não se pode ignorar que o gênero afeta as práticas da política global: “a política global é estudada e praticada por corpos generificados” (SHEPHERD, 2010, p.6, tradução nossa).

Sendo as relações de gênero relações de poder assimétricas nas quais dominam os homens, o mundo é ainda definido e modelado em função dos interesses e necessidades de homens, não de mulheres. Dessa forma, a desigualdade de gênero forma parte da própria natureza das estruturas políticas e econômicas, em nível doméstico e também em nível internacional. De acordo com Cynthia Enloe, hoje em dia as mulheres ocupam posição inferior na maioria das hierarquias internacionais: recebem menos do que os homens nas companhias multinacionais; representam dois terços de todos os refugiados; recebem menos reconhecimento pelo esforço que realizam durante as guerras do que os homens; e enfrentam mais dificuldades do que os homens para atuar como militantes (ENLOE, 2000).

Esses exemplos podem nos dizer muito sobre como o sistema político internacional foi modelado e como é mantido todos os dias: “alguns homens no topo, a maioria das mulheres em posição inferior” (ENLOE, 2000, p. 16, tradução nossa). A política internacional, no sistema moderno de estados, sempre foi uma atividade na qual a desigualdade de gênero esteve (e ainda está) muito presente. O mundo da política internacional é tradicionalmente um mundo comandado por homens.

Cabe aqui explorar alguns elementos das abordagens feministas, em particular as de Relações Internacionais. As teorias feministas são multidisciplinares e incluem uma ampla variedade de abordagens epistemológicas e metodológicas. A preocupação chave está centrada em explicar as relações de poder assimétricas entre homens e mulheres na sociedade e a posição subordinada que ocupam as mulheres, mas também em buscar a transformação dessa realidade de dominação (TICKNER, 2001).

Existem várias categorizações da teoria feminista. J. Ann Tickner propõe uma categorização que é bastante consensual. A autora categoriza as abordagens feministas como liberais, radicais, socialistas, psicanalíticas, pós-coloniais ou pós-modernas. As distintas abordagens feministas têm em comum o objetivo de buscar explicar e combater a subordinação das mulheres à autoridade masculina nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus, mas divergem quanto ao que acreditam constituir a subordinação das mulheres, assim como a maneira em que esta é explicada e como pode ser ultrapassada (TICKNER, 1997).

Na análise das diferentes estratégias epistemológicas feministas, elaborada por Sandra Harding (1986), distinguem-se três posicionamentos feministas básicos: feminismo empirista, feminismo “de ponto de vista” (*standpoint feminism*) e feminismo pós-moderno. O feminismo empirista argumenta que o sexismo e o androcentrismo da “má ciência” podem ser combatidos através da utilização do método científico. O feminismo de ponto de vista, que está vinculado ao feminismo marxista, argumenta que a posição dominante dos homens na vida social dá origem a um conhecimento parcial e perverso, enquanto a posição subjugada das mulheres, que viveram séculos de exclusão e discriminação, fornece a possibilidade de um conhecimento mais completo e menos perverso, que revela de forma mais verdadeira as estruturas e atores do mundo. O feminismo pós-moderno desafia as outras duas estratégias epistemológicas, acusando-as de ser excessivamente comprometidas com uma visão essencialista das mulheres. Impregnado pelo ceticismo, o feminismo pós-moderno problematiza a ideia das mulheres enquanto categoria única e nega que exista uma “experiência feminina” uma vez que considera que as ideias de mulher e feminino estão construídas no discurso. As feministas pós-modernas estão preocupadas com a análise dos discursos e como estes constroem os sujeitos (HARDING, 1986; SALOMÓN, 2002).

Os enfoques feministas ingressaram no campo das Relações Internacionais no final dos anos 1980, no contexto do chamado “terceiro debate”⁴, associados ao pós-modernismo. O objetivo da abordagem feminista em Relações Internacionais é similar ao da teoria crítica, na definição de Robert Cox (TICKNER, 1997). Em oposição à teoria de solução de problemas, que estuda o mundo como ele é, sem questionar seu conteúdo normativo nem contemplar seu potencial de transformação, a teoria crítica engaja-se na dupla tarefa de questionar a ordem imperante no mundo e atuar em prol da transformação dessa ordem (COX, 1981).

A maioria das acadêmicas internacional-feministas se identifica com o pós-positivismo do terceiro debate, no entanto critica seu silêncio quanto às questões de gênero e compromete-se com o gênero como categoria de análise (TICKNER, 2001). Os estudos de gênero, assim como outras abordagens pós-positivistas, buscam metodologias fora da disciplina de Relações Internacionais. As abordagens feministas de Relações Internacionais procuram nas instituições e normas do sistema internacional, além das estruturas institucionais dos Estados, as explicações para a assimetria nas relações entre homens e mulheres, apontando por exemplo

⁴ O termo terceiro debate foi articulado por Yosef Lapid, que em 1989 proclamou a “era pós-positivista” em Relações Internacionais. Com Lapid incluiu-se no âmbito do terceiro debate o confronto epistemológico entre as teorias clássicas e as “reflexivistas” (teoria crítica, pós-modernismo e feminismos) (TICKNER, 1997; SALOMÓN, 2002).

para a ausência ou subordinação das mulheres no campo da política internacional. Além de buscar explicações, incluem em seu projeto científico a busca pela superação da ordem imperante, ordem na qual as mulheres se encontram desfavorecidas. Diferentes abordagens feministas em Relações Internacionais variam em seus métodos e foco de análise, o fio que as liga é a utilização do gênero como categoria de análise (MONTE, 2010).

As teorias feministas de Relações Internacionais enxergam as assimetrias de gênero como consequência de um fenômeno socialmente construído e mantido através de estruturas de poder. Essas estruturas de poder dificultam a participação das mulheres na política internacional. Nessa visão, o Estado é considerado uma entidade generificada, construído e conduzido conforme os pressupostos da masculinidade hegemônica e em base aos interesses de homens, não de mulheres (TICKNER, 2001).

Por isso, o estudo das Relações Internacionais que utiliza o gênero como categoria de análise presta atenção à construção e reprodução de identidades masculinas e os efeitos que isso tem na teoria e prática das relações no sistema internacional. Colocam-se questões que normalmente não estão no centro da análise em política internacional – questões sobre mulheres, gênero, masculinidade e feminilidade (TICKNER, 2001; ZALEWSKI, 2010).

1.2 Gênero e a Guerra

Olhar para a guerra através das lentes de gênero é relevante para o presente trabalho uma vez que parte-se da concepção de que o conflito Israel-Palestina gera impactos generificados na população da região; isso porque quando o conflito se torna o contexto no qual se vive, homens e mulheres se veem forçados a desempenhar papéis determinados pelo gênero (REARDON, 1985); na guerra mulheres e homens desempenham papéis distintos (COCKBURN, 2010a). A ocupação israelense, como será explorado no segundo capítulo, impacta a vida diária das mulheres de forma diferente à que impacta a vida dos homens. Sendo assim, cabe brevemente revisar a literatura que analisa a guerra a partir de uma perspectiva de gênero.

De acordo com a autora feminista Laura Sjoberg, as abordagens teóricas tradicionais das Relações Internacionais que trabalham com a natureza, as causas e as consequências das guerras omitem a análise de gênero. Essa omissão é um grande erro pois os significados, as causas e as consequências da guerra não podem ser plenamente compreendidas sem levar em conta a questão de gênero. “Usar o gênero como categoria de análise transforma o estudo da guerra” (SJOBORG, 2013, p. 3, tradução nossa).

Como exposto anteriormente, as abordagens feministas em Relações Internacionais permitem compreender que o gênero é um elemento importante que integra o funcionamento da política global. Nesta seção acrescenta-se que a questão de gênero integra a prática da guerra. Isto permite assumir que as guerras e os conflitos não podem ser bem compreendidos sem o uso do gênero como categoria essencial de análise.

Os estudos tradicionais de guerra em Relações Internacionais, ao omitirem a questão de gênero, negligenciam importantes aspectos da guerra, o que limita a possibilidade de uma verdadeira compreensão deste fenômeno (SJOBERG, 2013). As perspectivas feministas podem trazer novas respostas:

Enquanto os estudos de segurança convencionais tenderam a olhar às causas e consequências da guerra desde uma perspectiva de cima para baixo, ou estrutural, feministas têm geralmente utilizado uma abordagem de baixo para cima, analisando os impactos da guerra no nível micro. Fazendo isso, assim como adotando gênero como categoria de análise, feministas acreditam que podem contar-nos algo novo sobre as causas da guerra (TICKNER, 2001, p. 48, tradução nossa).

Os estudos feministas de segurança tomam o indivíduo como ponto de partida; olham diretamente para as ligações entre guerra, segurança e o que as pessoas veem e sentem quando confrontadas com a violência em Relações Internacionais. Buscam assim compreender como a violência, tanto física quanto estrutural, compromete a segurança de indivíduos e grupos. As teorias feministas de segurança tratam das conexões entre as experiências diárias das mulheres e a segurança. De acordo com estas teorias, o conceito de segurança tradicional deve ser redefinido para que signifique a satisfação das necessidades humanas, o que inclui a segurança integral das mulheres (COCKBURN, 2006; SYLVESTER, 2010; TICKNER, 2001).

Simona Sharoni defende a importância das perspectivas feministas no estudo dos conflitos. Um de seus argumentos é o de que, em grande medida devido à própria história da exclusão das mulheres, a abordagem feminista reflete as lições que as mesmas aprenderam ao longo de sua experiência de subjugação, o que lhes permite apresentar a perspectiva do subordinado, não do dominante. As intervenções feministas no estudo e prática da resolução de conflitos podem trazer novas contribuições, uma vez que olham diretamente para as dimensões de gênero, identificando perspectivas “perdidas” e oferecendo novas maneiras de transformar a realidade (SHARONI, 1993).

A prática da guerra é governada pelas normas da masculinidade (COHN; RUDDICK, 2004). Tradicionalmente a guerra é uma atividade na qual são os homens, e não as mulheres, os que se engajam. É raro que as mulheres ocupem o lugar de quem fornece segurança, como soldados ou como decisores políticos (TICKNER, 2001). Estatísticas mostram que homens e mulheres cumprem diferentes papéis durante a guerra:

Em todos os exércitos homens são a maioria dos combatentes. Eles passam por um regime de treinamento brutal e espera-se que matem. Mais homens do que mulheres morrem em combate, enquanto mulheres mais comumente encontram-se entre os civis mortos, morrem de doenças, desnutrição, violência sexual e acidentes. Além disso, entre os refugiados, as estatísticas da ONU constantemente mostram que as mulheres representam uma proporção maior dos adultos refugiados em função de conflitos armados, então um papel característico para as mulheres na guerra é cuidar dos mais novos, dos idosos e doentes em condições extremas. Apesar de que os dados são impossíveis de confirmar, é também claro que é grande o número de mulheres que são estupradas e submetidas a outros tipos de tortura sexual durante a guerra (COCKBURN, 2010a, p. 105, tradução nossa).

Apesar de haverem mulheres participando dos exércitos como soldadas, a maioria das mulheres são civis que sofrem fisicamente, economicamente e socialmente com a guerra. O estereótipo da mulher vitimada se mantém firme em contexto de guerra justamente porque ele se verifica: em tempos de guerra as mulheres se tornam mais vulneráveis à opressão de gênero. A violência da guerra reafirma identidades masculinizadas; favorece posição dos homens como guerreiros e defensores ao mesmo tempo em que posiciona as mulheres como posse – vítimas que devem ser protegidas, concedendo-lhes um status de subordinação. A alta incidência de violência sexual contra as mulheres durante a guerra e a forma em que esse fenômeno sucede é um dos impactos generalizados da guerra (SJOBERG; VIA, 2010; SJOBERG; GENTRY, 2007).

A violência sexual generalizada contra as mulheres forma parte do contexto de guerra. Alguns autores assumem que a violência sexual contra as mulheres durante a guerra é quase explicável por si só: “é tempo de guerra e portanto os homens se comportarão dessa maneira” (PANKHURST, 2010, p. 149, tradução nossa). Para outros, a cultura militarizada e mesmo os líderes militares encorajam atos de violência contra as mulheres para atingir objetivos militares, como o de desmoralizar o inimigo. Assim, o abuso sexual não é apenas um incidente da guerra, é frequentemente uma arma de guerra; uma estratégia militar (PANKHURST, 2010; TICKNER, 2001). A prática da violência sexual contra mulheres durante a guerra costuma ocorrer em contextos que a facilitam, como invasões, ocupações e imposição de estado de terror (COCKBURN 2010a).

Entender o conceito de militarismo e militarização é fundamental para compreender as dimensões de gênero do conflito. De acordo com Enloe, o militarismo é um pacote de ideias – uma compilação de assunções, valores e crenças – sobre como o mundo funciona. Entre essas ideias tem-se que: o conflito armado é a forma de resolver tensões; a natureza humana está propensa ao conflito; ter inimigos é condição natural; que relações hierárquicas são eficazes; que um Estado sem um exército é ingênuo; que em tempos de crise as mulheres precisam de proteção armada; e que em tempos de crise um homem que se recusa a se engajar na violência armada está colocando em risco sua própria masculinidade. Já a militarização é um processo

sociopolítico através do qual as ideias militaristas são enraizadas em uma sociedade ou grupo determinado. A militarização serve para consolidar o privilégio de masculinidade tanto na vida privada quanto pública (ENLOE, 2014, p. 7).

No processo generificado da militarização, os homens se encontram constantemente sob a pressão de demonstrar sua masculinidade, exaltando as características tradicionalmente masculinas como a agressividade e a força, enquanto as mulheres tendem a valorizar ou ao menos tolerar essas qualidades nos homens, assim como desempenhar os papéis tradicionais de mulheres – a masculinidade militarizada implica na exclusão das mulheres da participação completa e assertiva na vida pública. As relações de gênero patriarcais, nas quais a masculinidade é superior à feminilidade, são favoráveis à militarização pois adaptam os indivíduos aos papéis da guerra. As relações de gênero de dominação da mulher pelo homem servem às necessidades da militarização (ENLOE, 2014; COCKBURN, 2010a; SJOBERG; VIA, 2010).

Distintos trabalhos que analisam a guerra através de lentes feministas enxergam as relações de gênero patriarcais como causa e consequência da guerra, porque tais relações predispoem sociedades à guerra e ao mesmo tempo a militarização e a própria guerra reproduzem essas relações de gênero. Sendo assim, para alcançar a paz é preciso que ocorra uma transformação profunda nas relações de gênero. A guerra promove preservação das concepções tradicionais de masculinidade, feminilidade e perpetua relações de gênero assimétricas, que por sua vez facilitam a ocorrência da guerra. Nesse sentido, “a guerra faz o gênero e vice-versa” (GOLDSTEIN, 2001).

1.3 Mulheres e ativismo de paz

Uma vez que este trabalho investiga redes de mulheres engajadas com a promoção da paz em nível internacional, é importante analisar as conexões existentes entre mulheres e paz. De acordo com Tickner, “Se as mulheres têm estado amplamente ausentes dos exércitos mundiais, elas têm estado bem representadas em uma variedade de movimentos de paz” (TICKNER, 2001, p. 58, tradução nossa). Mulheres – organizadas em grupos ou redes – tradicionalmente se envolveram em ativismo de paz, se opondo às guerras e ao militarismo desde uma perspectiva de gênero. Perceber a magnitude da presença feminina nos movimentos de paz e especialmente a quantidade de movimentos de paz exclusivos de mulheres leva ao questionamento dos motivos pelos quais as mulheres se engajam – frequentemente *como*

mulheres – em ativismo de paz e campanhas antimilitaristas, assim como as possíveis conexões existentes entre a paz e a natureza feminina.

A crença de que as mulheres são naturalmente pacíficas e por isso tendem a se opor às guerras e se envolver com a promoção da paz é antiga e evocada com frequência. Entretanto, não existem evidências que associem as mulheres e a paz por questões biológicas ou naturais. Apesar disso, é possível observar que em distintas sociedades é grande o número de mulheres que se opõem às guerras e se envolvem com a promoção da paz. Globalmente há mais mulheres nos movimentos de paz do que homens, e frequentemente as mulheres envolvidas em promoção da paz atuam em nome de seu gênero (GOLDSTEIN, 2001).

A visão que associa mulheres à paz como um fenômeno natural está intimamente relacionada aos estereótipos femininos, especialmente o estereótipo materno. As mulheres são associadas à maternidade e conseqüentemente a instintos de cuidado e proteção, o que condiz mais com comportamentos de paz do que com comportamentos de guerra. As afinidades entre o estereótipo da mãe e o pensamento maternal com a promoção da paz são analisados em profundidade por Sara Ruddick. Segundo Ruddick, as mulheres não são mais pacíficas do que os homens ou naturalmente pacíficas, porém existe uma contradição entre a maternidade e a guerra, isso porque as mães – estas sim – tendem a ser pacíficas. Sendo assim, Ruddick sugere que as mulheres deveriam aproveitar-se de seus instintos maternais para promover a paz, uma vez que o pensamento maternal pode realizar contribuições distintas à política da paz (RUDDICK, 1992).

Desde o início do século vinte, mulheres ativistas em prol da paz se apoiaram no pensamento maternal e em características femininas para legitimar sua mobilização e diferenciar-se como mulheres. Em 1915, durante a conferência internacional de mulheres em Haia organizada pelo *Women's Peace Party* (WPP)⁵, uma das primeiras organizações de paz de mulheres, com o objetivo de convocar mediação para o fim da Primeira Guerra Mundial, enfatizou-se a associação entre mulheres e paz como fruto do instinto maternal. Mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, mulheres atuando pela paz continuaram a se apoiar na ideologia maternal, como nos grupos *Another Mother for Peace* (Estados Unidos) e *Madres de Plaza de Mayo* (Argentina) (AROSSI, 2009; GOLDSTEIN, 2001). Em muitos casos, o discurso materno foi e é propositalmente adotado por mulheres ativistas como estratégia ou como

⁵ O *Women's Peace Party* deu origem ao *Women's International League for Peace and Freedom* (WILPF). WILPF é a maior e mais antiga rede transnacional de mulheres pela paz.

escudo, através da mobilização das emoções e os sentimentos ligados à maternidade para sensibilizar a opinião pública (WOLFF, 2013, p. 124).

Diferentes abordagens feministas, inclusive as de Relações Internacionais, se opõem à assumpção de que as mulheres sejam naturalmente pacíficas ou mais pacíficas do que os homens (ENLOE, 2000). Muitas feministas questionam a ligação natural entre mulheres e paz apoiada no pensamento maternal, e afirmam que esta ligação atrasa o objetivo feminista de emancipação. Feministas pós-modernas como Judith Butler desafiam a conexão entre mulheres e paz pois acreditam que não existem componentes *essenciais* que caracterizam todas as mulheres; não existem visões fixas de masculinidade e feminilidade (BUTLER, 1999; TESSLER; WARRINER, 1997). Mulheres ativistas em prol da paz permanecem divididas e incertas quanto ao pensamento maternal como motivação política; não se tem certeza se ajuda ou atrapalha a luta pela autonomia das mulheres e pela paz (COCKBURN, 2007).

Teóricas feministas de Relações Internacionais como Cockburn, Enloe e Tickner acreditam que ao considerar que determinadas esferas, como os grupos de paz, são “esferas de mulheres”, reforçam-se os limites socialmente construídos entre as atividades consideradas apropriadas para mulheres e àquelas apropriadas para homens. Para elas, alegar que mulheres são naturalmente mais pacíficas do que homens desempodera tanto as mulheres quanto a paz (TICKNER, 1997). Em outras palavras, acreditam que enfatizar a relação entre mulheres e paz no contexto de uma sociedade dominada pelo masculino, reafirma as hierarquias de gênero e contribui para a deslegitimação tanto das mulheres quanto da paz nas Relações Internacionais (TICKNER, 2001).

Por outro lado, as autoras Joyce Kaufman e Kristen Williams em “Women at War, Women Building Peace”, analisam as expectativas sobre o comportamento das mulheres baseadas no gênero em relação às ideias de nutrição, cuidado e paz e chegam em uma conclusão diferente. Elas não concordam com a ideia de que quando mulheres se engajam em ativismo de paz, realizando atividades como protestos, vigílias e boicotes, estão reafirmando os estereótipos de gênero. A conclusão de sua análise é a de que ao se engajar em ativismo de paz as mulheres desafiam as normas de gênero; ao atuar como ativistas em prol da paz as mulheres abandonam suas tarefas na esfera privada, tradicionalmente esfera de mulheres, e se engajam em atividades na esfera pública, tradicionalmente esfera de homens (KAUFMAN; WILLIAMS, 2013).

Uma pesquisa empírica realizada em 1997 no Oriente Médio por Ina Warriner e Mark Tessler buscou observar as atitudes de homens e mulheres em relação à resolução do conflito Árabe-Israelense. Os dados coletados entre 1988 e 1994 no Egito, em Israel, Kuwait e Palestina,

separados por sexo, mostraram que não existiam diferenças significativas entre as atitudes das mulheres e dos homens e que não havia evidências de que as mulheres fossem menos militaristas do que os homens. No entanto, o estudo também revelou que existe uma forte correlação entre atitudes relativas à igualdade de gênero e atitudes relativas ao conflito Árabe-Israelense, ou seja, aqueles indivíduos, independentemente do gênero, que defendem a igualdade de gênero são também mais favoráveis à resolução pacífica do conflito. Isso indica que existe uma clara conexão entre feminismo e atitudes positivas em relação à resolução pacífica de conflitos internacionais (TESSLER; WARRINER, 1997).

A Resolução 1325 (SCR 1325), aprovada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) em 2000, é relevante para o presente debate por ser a primeira Resolução a tratar das relações específicas das mulheres com a paz e a segurança. A SCR 1325 foi concebida em resposta às iniciativas de pesquisa, *lobby* e advocacia de diferentes organizações feministas e redes de mulheres que denunciavam a exclusão das mulheres das operações de paz. Ter-se chegado à tal resolução é em grande parte mérito da ação de uma enorme rede de mulheres, em Organizações não Governamentais (ONGs) locais e internacionais, nas agências da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito acadêmico e no governo. Foram essas mulheres que levaram a temática até o CSNU (COCKBURN, 2011; MOGHADAM, 2012). Esta Resolução, segundo a ONU Mulheres⁶, exige a participação das mulheres na construção da paz, a proteção das violações dos direitos humanos, e a promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação. A Resolução defende a inclusão de uma perspectiva de gênero nas operações de paz.

A adoção da Resolução pode ser enxergada como um progresso, pelo menos simbólico, por trazer o debate sobre questões que relacionam mulheres, paz e segurança, por valorizar o papel das mulheres nas operações de paz, e por reconhecer a importância da igualdade de gênero no âmbito das operações de paz, como fica claro no preâmbulo do documento:

Reafirmando o papel importante das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, e enfatizando a importância de sua participação igual e total envolvimento em todos os esforços de manutenção e promoção da paz e segurança, e a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisão em relação à prevenção e resolução de conflitos (CSNU, 2000, p. 1, tradução nossa)

Pela primeira vez na história das Nações Unidas reconheceu-se a contribuição das mulheres na construção da paz; abandonando a visão das mulheres como meras vítimas da guerra e dando lugar a organizações de mulheres nos processos oficiais de negociação da paz

⁶ Para mais informações sobre a ONU Mulheres visitar <http://www.onumulheres.org.br/>

(ALWIS; MERTUS; SAJJAD, 2013). Entretanto, a Resolução 1325 foi amplamente criticada, especialmente por autoras feministas, pela sua linguagem e pelo fracasso em sua implementação:

Apesar da sua abordagem inovadora, a Resolução 1325 usa também essa linguagem de vitimização, assim limitando o escopo de sua implementação. Como resultado, questões de paz e segurança são definidas dentro de um marco de ambiente hiper-masculino que participa na re-militarização da sociedade pós-conflito e previne o desenvolvimento de uma Paz sustentável (PUECHGUIRBAL, 2010, p. 162, tradução nossa).

Autoras feministas problematizam a linguagem utilizada nos documentos da ONU, que reflete uma visão estereotipada da mulher – mulher como vítima; como indivíduo vulnerável que deve ser protegido (PUECHGUIRBAL, 2010). No entanto, apesar das suas limitações, reconhece-se que a Resolução 1325 representa um avanço pois ao mesmo tempo em que faz referência ao horror que vivem as mulheres durante a guerra e a necessidade de protegê-las, as posiciona como agentes ativos na construção e manutenção da paz (COHN; GIBBINGS; KINSELLA, 2004).

Apesar do histórico envolvimento de mulheres e feministas com a promoção da paz, os estereótipos de gênero estão ainda muito presentes nesse âmbito. É também por isso que alcançar a paz é um objetivo inseparável do objetivo de superar relações sociais de dominação e subordinação como o são as relações de gênero. Torna-se lógico que o ativismo de paz de mulheres inclua o objetivo feminista de eliminação das relações de gênero desiguais (TICKNER, 1992).

1.4 Ativismo transnacional de mulheres

Como exposto, a trajetória das mulheres como ativistas em prol da paz e defensoras dos direitos das mulheres é antiga e foi foco de inúmeras investigações. A presente seção dedica especial atenção à articulação transnacional das iniciativas de mulheres. Observa-se que, ao redor do globo, iniciativas de mulheres em distintos países se organizam em fóruns internacionais, compartilham um discurso comum e buscam construir um movimento de mulheres global (FERREE; RISMAN; SPERLING, 2001).

O ativismo organizado de mulheres em nível transnacional tem as suas raízes no movimento abolicionista do século XIX e na subsequente campanha internacional de mulheres pelo sufrágio. A campanha sufragista é identificada com a “primeira onda” do feminismo, e o movimento que teve início nos anos 1960 com a “segunda onda” do feminismo (KECK; SIKKINK, 1998). Durante a "segunda onda" a ONU cumpriu um importante papel como local

transnacional onde mulheres e feministas de diferentes partes do mundo puderam se encontrar. A partir da década de 1970, o sistema da ONU e suas conferências internacionais temáticas possibilitaram que muitas organizações de mulheres começassem a criar vínculos e se articular transnacionalmente. Em 1975 a ONU declarou o Ano Internacional das Mulheres e a Década da Mulher da ONU (1976-1985). As três conferências internacionais realizadas durante essa década, que reuniram paralelamente representantes estatais oficiais e representantes da sociedade civil, funcionaram como marcos para construir e conectar redes de mulheres internacionalmente. "Gradualmente, e com a ajuda das novas tecnologias de comunicação [...] grandes redes globais de mulheres se desenvolveram, assim como a interdependência do ativismo global e local" (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 279). Segundo Keck e Sikkink:

Conferências internacionais não criaram redes de mulheres, mas legitimaram as questões e aproximaram um número de mulheres do mundo inteiro nunca antes visto. Esses encontros cara-a-cara geram a confiança, compartilhamento de informações, e descoberta de preocupações comuns que dão impulso à formação de redes (KECK; SIKKINK, 1998, p. 169, tradução nossa).

O ano de 1985, com a “Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz” realizada em Nairóbi, Quênia, marca, segundo a ONU Mulheres⁷, o nascimento do feminismo global. Dez anos mais tarde, realizou-se uma nova conferência internacional de mulheres no âmbito das Nações Unidas, na cidade de Pequim, na qual definiu-se, através da Plataforma de Ação de Pequim, que os direitos das mulheres são direitos humanos e determinaram-se ações específicas para garantir o respeito desses direitos. Houve a partir de então uma intensa expansão de ações coletivas de mulheres no âmbito internacional e a consolidação de uma identidade global de mulheres, intimamente associada a uma identidade feminista. Como colocado por Myra Marx Ferree e Aili Mari Tripp em seu livro intitulado “Global Feminism”, “o feminismo hoje, com todas as suas variações locais, é melhor compreendido como um verdadeiro fenômeno global: um produto de diálogos e discórdias transnacionais, coalizões e redes” (FERREE; TRIPP, 2006, p. viii, tradução nossa).

Moghadam aponta para a existência de características que são comuns às diferentes ações coletivas empreendidas por mulheres, o que permite falar em “movimento de mulheres” como fenômeno global:

Enquanto não todas as feministas concordam na questão, muitas afirmam que ‘o movimento de mulheres’ é um fenômeno global, e apesar das diferenças culturais,

⁷ Para mais informação sobre a ONU e as mulheres ver <http://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>

especificidades nacionais, e prioridades organizacionais, observam-se similaridades nas formas em que mulheres ativistas enquadram suas queixas e demandas, a partir de redes e organizações, e engajam-se com estados e instituições intergovernamentais. Algumas dessas similaridades incluem a adoção do discurso dos direitos das mulheres e igualdade de gênero; referências a acordos internacionais [...]; campanhas em prol de reformas legais e políticas para assegurar os direitos civis, políticos e sociais das mulheres; solidariedade e *networking* transfronteiriças; e coalizões com outros grupos da sociedade civil. Outra observação é que as mulheres ativistas – seja no Sul da Ásia, América Latina, o Oriente Médio, ou o Norte da África – se opõem aos discursos e agendas ‘fundamentalistas’ e adotam discursos e objetivos feministas, seja explícita ou implicitamente (MOGHADAM, 2010, p. 294, tradução nossa)

O livro “*Activists Beyond Borders*” de Keck e Sikkink foi um dos primeiros trabalhos a examinar a ação coletiva transnacional⁸ de mulheres, a partir do estudo de caso que analisa como os esforços transnacionais de mulheres ativistas permitiram a introdução da problemática da violência contra as mulheres na agenda internacional de segurança. As autoras mostram como as “redes transnacionais de advocacia” conseguem trabalhar simultaneamente nos níveis local e internacional (KECK; SIKKINK, 1998). Dado que organizações de mulheres, mais do que outros grupos, usam os termos da língua inglesa *network* e *networking*⁹ para descrever suas interações, muitos movimentos de mulheres e movimentos feministas¹⁰ que se articulam em nível transnacional chamam-se *network*, como *The International Feminist Network*, *Women in Conflict Zones Network* e *Women and Trade Network* (KECK; SIKKINK, 1998; MOGHADAM, 2010).

As redes transnacionais de advocacia são definidas por Keck e Sikkink como “formas de organização caracterizadas por modelos voluntários, recíprocos e horizontais de comunicação e troca”. O que é único das redes transnacionais de advocacia é o fato de serem organizadas para “promover causas, ideias, princípios e normas, e frequentemente envolverem indivíduos defendendo mudanças políticas que não podem ser facilmente relacionadas aos seus

⁸ Como definido por Della Porta e Tarrow, ações coletivas transnacionais são “campanhas internacionais coordenadas por redes de ativistas contra atores internacionais, outros estados, ou instituições internacionais” (DELLA PORTA; TARROW, 2005, p. 2-3). Segundo Khagram et al., a ação coletiva transnacional tem potencial de transformar sistemas políticos, tanto domésticos quanto internacionais, e políticas internacionais, especialmente ao criar questões, mobilizar novos eleitores, alterar percepções sobre interesses e identidades, e algumas vezes modificar práticas estatais (KHAGRAM et al, 2002, p.vii).

⁹ O termo em inglês *network* traduz-se para o português como *rede*; o termo *networking* traduz-se como *trabalhar em rede*.

¹⁰ É importante aqui distinguir movimento de mulheres de movimento feminista. Movimentos de mulheres são aqueles nos quais mulheres se organizam explicitamente *como mulheres* por determinada causa. Por outro lado, movimentos feministas, independente da causa pela qual estejam lutando, tem entre os seus objetivos o objetivo feminista de modificar as relações de gênero patriarcais (FERREE; TRIPP, 2006).

interesses”. Algumas são formais, mas a maioria baseia-se em contatos informais e troca de informação, tendo como objetivo gerar mudança política, geralmente em algum tema específico (KECK, SIKKINK, 1998, p. 8-9, tradução nossa).

Os atores que compõe redes de advocacia podem ser diversos: ONGs e ONGs Internacionais (ONGIs), movimentos sociais locais, organizações de pesquisa, intelectuais, organizações de advocacia e outros. “Esses diversos atores se unem em redes de advocacia por meio de um discurso comum, valores compartilhados e uma troca densa de serviços e informações” (KECK, SIKKINK, 1998, p. 9).

Keck e Sikkink indicam que as redes transnacionais de advocacia costumam emergir em três situações: quando os canais entre os grupos domésticos e seus governos estão bloqueados ou não são suficientemente eficientes para resolver um problema; quando ativistas acreditam que trabalhar em rede promoverá suas missões e campanhas e quando conferências internacionais criam ambientes de formação e fortalecimento de redes (KECK; SIKKINK, 1998, p. 12). As autoras criaram um modelo teórico que denominaram “*the boomerang effect*” (o efeito bumerangue) para explicar a formação de redes transnacionais de organizações não-governamentais. O modelo mostra como atores não estatais, ao enfrentar repressão e bloqueio localmente (ou falta de resposta doméstica, como foi acrescentado por Tarrow), buscam aliados estatais e não estatais fora das fronteiras nacionais, e em muitos casos conseguem dessa maneira pressionar – desde fora – os seus governos e promover mudanças políticas (KECK; SIKKINK, 1998; TARROW, 2005). Segundo Sikkink, “grupos feministas [...] frequentemente encontraram a arena internacional mais receptiva às suas demandas do que instituições políticas domésticas” (SIKKINK, 2005, p. 159).

Além das redes transnacionais de advocacia, mulheres costumam também se engajar em nível internacional construindo redes de movimentos sociais. Os movimentos sociais são um tipo de ação coletiva caracterizados pelo uso frequente de protestos e ações disruptivas. Mulheres constroem redes de movimentos sociais motivadas por objetivos e solidariedades compartilhados, mobilizando-se em mais de um país para promover mudanças (KHAGRAM et al, 2002). Para estabelecer este tipo de redes, são muitas as dificuldades que os movimentos de mulheres devem enfrentar para articular-se em nível transnacional e constituir identidades coletivas, entre as quais encontra-se, como exposto por Tarrow, a diversidade de origens culturais e os constrangimentos impostos pelos governos nacionais (TARROW, 2005).

Moghadam, autora que em diversos trabalhos analisa o ativismo transnacional de mulheres e a globalização como um processo generificado¹¹, define redes feministas transnacionais como estruturas que unem mulheres de três ou mais países em torno de uma agenda comum¹² (MOGHADAM, 2005). Redes feministas transnacionais “criam e ativam redes globais para mobilizar pressão desde fora de Estados; participam em arenas políticas multilaterais e intergovernamentais; são ativas dentro de Estados; e aumentam a consciência e a participação pública” (MOGHADAM, 2012, p. 32). Para pressionar externamente Estados, redes transnacionais feministas organizam petições, ações de alerta, protestos públicos ou ação direta; constroem coalizões, participam de fóruns multilaterais como a Comissão sobre o status da mulher (CSW) da ONU. Além disso, essas redes criam ligações com parceiros locais. As redes feministas transnacionais lutam pela participação das mulheres e pelos direitos das mesmas ao mesmo tempo em que se engajam criticamente com questões políticas, relacionando-se com Estados, organizações internacionais e instituições da sociedade civil (MOGHADAM, 2005).

O que diferencia as ativistas transnacionais das domésticas é a sua capacidade e habilidade em desempenhar suas ações através de fronteiras, articulando-se com grupos fora de seu país de origem. Nesse processo de articulação, a internet cumpre um papel fundamental, permitindo rápidas comunicações e coordenação. Muitos dos *websites* de redes feministas transnacionais estão ligados uns aos outros. Esses *websites* funcionam como poderosos recursos de divulgação e conexão, onde se podem encontrar declarações, relatórios de pesquisa, petições, vídeos e convites para eventos (MOGHADAM, 2012, p. 31). Assim, as ativistas transnacionais podem tanto operar no âmbito local quanto estender suas atividades ao âmbito transnacional, formando redes com movimentos de outros países (ROHRER, 2008).

Um elemento fundamental da ação de redes feministas transnacionais, muito presente em seus discursos, é a solidariedade transnacional. Noções tradicionais e essencialistas de solidariedade entre mulheres estão pautadas em sentimentos de irmandade e experiências comuns de opressão e discriminação. Por outro lado, a autora feminista Chandra Mohanty aborda a solidariedade feminista transnacional enfatizando relações de mutualidade, responsabilidade compartilhada e interesses em comum. De acordo com a autora, a solidariedade está orientada na prática por uma luta política, e não pela noção romântica de

¹¹ Ver “*Globalizing Women: Transnational Feminist Networks*” (2005) e “*Globalization and social movements: Islamism, feminism, and the global justice movement*” (2012) de Valentine M. Moghadam.

¹² Entre os temas que costumam compor essa agenda, Moghadam coloca a paz e o antimilitarismo.

irmandade. Mohanty enxerga a solidariedade entre mulheres não como algo baseado em comunalidades naturais, mas sim como algo construído, algo pelo que se deve lutar. Dessa forma, a autora enfatiza que no processo de construção de solidariedade a diversidade e diferença entre as mulheres devem ser reconhecidas e respeitadas, e não apagadas. Nessa perspectiva, o foco é colocado simultaneamente nas experiências coletivas e individuais de opressão, exploração, luta e resistência (MOHANTY, 2003). A solidariedade é traço comum especialmente das redes feministas transnacionais de paz (MOGHADAM, 2010). As redes feministas transnacionais de paz são, por definição, meios através dos quais mulheres estendem as mãos da solidariedade além das fronteiras e linhas de conflito para cooperar na luta contra a violência e o militarismo (BAKSH; HARCOURT, 2015). Ao criar coalizões, a solidariedade entre as mulheres se fortalece.

Autoras que analisam redes feministas transnacionais, como Cockburn, Moghadam, Hawksworth e Enloe, apontam para a existência de métodos de ação típicos do ativismo feminista, frequentemente empregadas pelas redes feministas transnacionais de paz. Entre esses métodos se encontram a ação direta não violenta, a solidariedade transnacional, as ações disruptivas, a educação e advocacia pública, a conscientização pública, a formação de coalizões, a ação humanitária, os protestos e demonstrações públicas e o ativismo midiático. Segundo Enloe, é típico de redes transnacionais de mulheres e feministas a disponibilização de informação e análises em seus *websites*, geralmente em mais de uma língua e a busca por captar a atenção da mídia. Uma característica que Cockburn – em base a seu aprofundado estudo com diversas organizações e movimentos feministas de paz – aponta como típica do ativismo feminista de paz é a busca por coerência entre meios e fins. Com isso, a autora se refere à busca por assegurar-se de que a prática ativista reflete o tipo de sociedade que se almeja construir, no caso: para promover a paz utilizam-se estratégias não-violentas; para promover a igualdade de gênero busca-se organizar-se de forma não-hierárquica (COCKBURN, 2007; ENLOE, 2007; MOGHADAM, 2005; HAWKSWORTH, 2006).

A lista dos grupos de mulheres transnacionalmente organizadas é extensa e inclui o *Women Living Under Muslim Laws*, *International Network of Women in Black*, *International Women's Health Coalition*, *Women's International League for Peace and Freedom*, *CODEPINK*, *Women in Conflict Zones Network*, *Women Building Peace* entre muitas outras. Essas redes têm diferentes características e objetivos, entretanto têm muito em comum, como a liderança feminina, o estímulo à participação de mulheres na política doméstica e internacional, a construção de alianças com outros grupos, a diversidade das campanhas e a busca por captar

a atenção da mídia. O ativismo transnacional de mulheres transcende barreiras e atinge o local, o nacional e o transnacional (ENLOE, 2013; MOGHADAM, 2010).

O ativismo transnacional de mulheres parece ser a forma mais eficiente que as ativistas em prol da paz encontraram para combater o militarismo e a guerra e promover a paz, em nível local e global:

Posicionando-se como uma voz para as mulheres, ativistas feministas transnacionais [...] têm organizado protestos direcionados simultaneamente à audiências locais e internacionais para politizar questões como a condição das mulheres em regiões em contexto de conflito violento. Movendo-se do local ao global, do global ao local e operando em ambas esferas simultaneamente, ativistas feministas têm sido notavelmente engenhosas no desenvolvimento de um complexo conjunto de táticas transformadoras. Excluídas das arenas formais de tomada de decisão, ativistas feministas transnacionais buscam fazer política de maneira diferente (Hawkesworth, 2006, p. 70, tradução nossa).

A discussão teórica realizada neste primeiro capítulo buscou apresentar conceitos e levantar questões essenciais para possibilitar o estudo da ocupação israelense utilizando o gênero como categoria de análise e a análise da ação de redes feministas com articulação transnacional.

2 DIMENSÕES DE GÊNERO DA OCUPAÇÃO ISRAELENSE

Como exposto no primeiro capítulo, o gênero é um fenômeno socialmente construído do qual resulta uma relação de poder que integra a política, as identidades, as relações humanas e as práticas diárias. Analisar as dimensões generificadas da ocupação israelense¹³ consiste em buscar compreender como as relações de gênero moldam e são moldadas pelo sistema de ocupação e de que maneira isto afeta a vida diária das mulheres na região¹⁴. Parte-se da concepção de que, como consequência das relações de gênero assimétricas que caracterizam tanto a sociedade israelense quanto a palestina e dos efeitos produzidos pelo contexto de conflito, violência e militarização, mulheres e homens vivem a ocupação de maneiras diferentes¹⁵. Adicionalmente, analisar as dimensões de gênero da ocupação é também olhar para o ativismo anti-ocupação em que mulheres, em ambos lados do conflito, se engajaram desde o final da década de 1980 até os dias atuais, e observar de que forma a luta de mulheres contra a ocupação se relaciona com a luta pelo fim das assimetrias de gênero em ambas as sociedades.

O presente capítulo está dividido em duas seções principais; a primeira aborda os impactos generificados da ocupação na vida das mulheres da região: das judias israelenses por um lado, e das palestinas por outro, dado que suas experiências são imensamente distintas. A segunda foca no ativismo de mulheres palestinas e israelenses contra a ocupação israelense a

¹³ Ao falar em ocupação israelense referimo-nos aos acontecimentos que sucederam à guerra de 1967. Em 1967, a Guerra dos Seis Dias na qual Israel derrotou o Egito, a Jordânia e a Síria permitiu que Israel expandisse seu território e ocupasse a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Poucos meses depois do início da ocupação militar, em setembro de 1967, estabeleceu-se o primeiro assentamento judaico na Cisjordânia, ao sul de Jerusalém. Em pouco tempo, largas faixas de terra foram confiscadas nas quais novas comunidades, cidades, estradas e redes de eletricidade foram construídas enquanto mais e mais judeus se transferiam de Israel para os territórios ocupados (HUBERMAN, 2014). É no entanto importante esclarecer que alguns autores, como Edward Said, consideram que a ocupação de 1967 foi somente um dos ciclos da ocupação israelense, que teve início antes mesmo da criação do Estado de Israel, quando imigrantes judeus começaram a imigrar para a região da Palestina com a intenção de lá estabelecer seu Estado, ignorando que aquela terra já estava habitada por um povo.

¹⁴ É muito importante esclarecer que existem três grupos indentitários de mulheres envolvidos com o conflito entre Israel e a Palestina, que são o foco deste capítulo, e que há diferenças entre eles. Algumas mulheres são judias israelenses, outras são palestinas vivendo na Cisjordânia e em Gaza e outras são palestinas cidadãs de Israel. As palestinas-israelenses são étnica e nacionalmente parte do povo palestino, entretanto detêm cidadania israelense – o que lhes concede privilégios, diferente das palestinas que vivem na Cisjordânia e em Gaza, que têm status de refugiadas e estão em situação muito mais vulnerável frente à ocupação. Há também uma diferença clara entre as israelenses judias e as palestinas; não obstante ambos os grupos sejam detentores de cidadania israelense, as suas experiências como cidadãs são completamente diferentes, uma vez que no Estado judaico-israelense os palestinos são tratados como cidadãos de segunda classe (MAYER, 2012).

¹⁵ É evidente que as diferenças na experiência diária da ocupação não estão determinadas somente e tampouco principalmente pelo gênero. Pertencer a um lado ou o outro do conflito implica em experiências completamente destoantes; assim como pertencer a determinada classe social ou grupo étnico. Consideramos que distintos elementos (nacionalidade, classe, raça, religião, gênero) se intersectam influenciando as relações de poder resultantes; não estamos aqui ignorando esses outros elementos, mas sim dando especial atenção ao gênero.

partir da primeira intifada em 1987, expondo a trajetória do ativismo de paz conjunto e separado de grupos locais.

2.1 Impactos generificados da ocupação

O gênero importa. Homens e mulheres vivem o dia a dia da ocupação israelense de diferentes formas (assim como evidentemente o vivem o ocupado e o ocupador) em função de suas identidades e de seus papéis determinados pelo gênero. Busca-se aqui tornar visíveis os impactos da ocupação na vida das mulheres israelenses e palestinas.

2.1.1 As mulheres israelenses e os impactos generificados da ocupação

A questão da segurança nacional e especialmente o sistema de ocupação têm centralidade excepcional na política israelense. Manter uma ocupação militar e colonial por tantas décadas levou à profunda militarização da sociedade israelense. Como visto, a militarização do governo e da sociedade perpetua a marginalização das mulheres¹⁶, especialmente do debate político. Em um contexto de militarização, as relações de gênero são moldadas a partir de uma supervalorização das características tradicionais da masculinidade e desvalorização das da feminilidade; o papel das mulheres é claramente secundário. Ao militarizar a sociedade israelense, a ocupação fez com que as mulheres retrocedessem politicamente, posicionando-as em segundo plano no processo de guiar o Estado.

Dados dos últimos 20 anos mostram que a despesa militar anual média de Israel equivale a 7,4% do PIB, uma das taxas mais altas do mundo¹⁷. Muitas vezes grandes proporções de gasto militar implicam em menores proporções de gasto social, o que pode ser visto como uma forma de violência (TICKNER, 2001). Segundo Simona Sharoni, em *Estados em conflito*, quanto mais o governo se ocupa com a segurança nacional e conseqüentemente com o aumento da

¹⁶ A desigualdade de gênero no mercado de trabalho, mundo corporativo e na política é maior em Israel do que o transmitido pelo país ao se posicionar como o representante da democracia e igualdade do Oriente Médio. De acordo com o índice anual da divisão de igualdade de gênero do Ministério da Educação de 2013, as mulheres ganham 68% do que os homens ganham; a participação das mulheres no mercado de trabalho é de 58.2%, a dos homens de 69.4%. O índice de pobreza entre as mulheres é maior do que entre os homens, 18.4% contra 16.5%; apesar de que as 48,3% das mulheres em Israel têm 13 ou mais anos de escolaridade, contra 45,4% dos homens, somente um a cada 5 professores universitários é mulher. Na política, menos de um quarto do total de parlamentares são mulheres (ELIS, 2015).

¹⁷ Dados do Banco Mundial referentes ao período 1994 – 2014.

força militar, menos os seus cidadãos, especialmente as mulheres, desfrutaram de segurança física. Quando a segurança se encontra no topo da agenda, mulheres são negativamente afetadas (SHARONI, 1993; CHAZAN; MARI, 1994).

Para manter a doutrina da segurança nacional o Estado depende, obviamente, do papel dos homens como soldados que defendem e vão ao campo de batalha. Menos óbvio é o papel que as mulheres devem desempenhar para a garantia da segurança nacional. Os esforços militares israelenses implicam que as mulheres exerçam papéis determinados, os quais se espera que sejam aceitos como naturais: o de ser protegidas, o de enviar seus filhos e maridos à guerra, lavar e passar seus uniformes e ficar atrás para cuidar da casa. Além desses, encontra-se o seu grande papel para a sociedade – quase seu dever nacional – o de ser *mãe*.

Em Israel, a ideia de que quanto mais filhos uma mulher tiver mais ela será valorizada pela comunidade está profundamente arraigada, desde antes da criação do Estado¹⁸ (MAYER, 2012; SHARONI, 1995). Nas primeiras décadas que sucederam o nascimento de Israel, o ato de procriar era encarado como uma responsabilidade nacional das mulheres¹⁹, dada a necessidade de fazer aumentar a população judaica. A questão da fertilidade das mulheres era de tal importância nacional que criaram-se políticas estatais para promover a reprodução, como a política das “mães heroínas”²⁰, através da qual se recompensava àquelas mulheres que tinham mais de dez filhos (SHARONI, 1995). Outra política empregada foi a de obrigar toda mulher que estivesse considerando realizar um aborto (que em Israel é permitido por lei) a assistir uma série de imagens fortes, desde fetos mortos em latas de lixo até crianças judias mortas em campos de concentração nazistas (YUVAL-DAVIS, 1987).

Pensar a questão de gênero na sociedade israelense face ao conflito inclui analisar a participação das mulheres no exército, que é elemento central na organização da sociedade. Contrariando a visão de que a inclusão de mulheres no exército representa um avanço rumo à igualdade de gênero, feministas como Enloe e Eisenstein defendem a ideia de que a participação de mulheres nas forças armadas não desafia a masculinidade que caracteriza o exército, tampouco a militarização da sociedade (ENLOE, 2000; EISENSTEIN, 2008). Estudos

¹⁸ A visão estereotipada da mulher como mãe esteve presente já no berço da ideologia sionista. Theodor Herzl, ‘pai’ do sionismo, definiu claros papéis de gênero na sua visão do Estado judaico: homens devem produzir, mulheres devem reproduzir (HERZL, 1956 apud MAYER, 2012).

¹⁹ As correntes mais conservadoras do judaísmo consideram judeu aquele que nasceu de ventre judaico, daí a importância do papel da mãe como reprodutora e transmissora da cultura.

²⁰ Essa política foi empregada no início da década de 1950 pelo primeiro ministro israelense David Ben-Gurion. Para mais informação ver Yuval-Davis, “A coletividade Judaica”, 1987.

feministas sobre a participação das mulheres nas forças de defesa israelense (IDF) mostram que a inclusão das mulheres no exército não é um indicador de igualdade de gênero (SHARONI, 1995). No caso do IDF, as mulheres são excluídas da maior parte das posições de combate e devem obrigatoriamente cumprir dois anos de serviço militar, enquanto os homens participam mais ativamente e estão obrigados a cumprir três anos, depois dos quais permanecem como reservistas até completarem 55 anos de idade. Dentro do exército as assimetrias de gênero estão muito presentes: enquanto os homens aprendem a lutar e a proteger, às mulheres cabe o papel de cuidar (SHARONI, 1995); “a divisão protetor/protegido, mesmo com a inclusão das mulheres nas Forças Armadas, se mantém inabalada” (MONTE, 2013, p. 114). Segundo Sharoni, o exército israelense é só mais um âmbito da sociedade no qual espera-se que as mulheres desempenhem tarefas de mulheres, a única diferença é que devem fazê-lo de uniforme militar (SHARONI, 1995). Pelo menos 70% das mulheres servindo no IDF desempenham funções tradicionalmente consideradas femininas, trabalhando na cozinha, como professoras, ajudantes de enfermagem entre outros. (YUVAL-DAVIS, 1987). Além disso, mulheres que engravidam ou se casam são automaticamente excluídas do exército (SHARONI, 1995). As mulheres que não exercem suas funções assignadas, tanto dentro do exército quanto nos outros âmbitos da sociedade, são acusadas de prejudicar a segurança nacional. Em suma, o exército, ao contrário de permitir a superação das assimetrias de gênero, as reproduz.

É também um impacto generificado da ocupação o aumento da violência de gênero. O contexto militarizado, no qual dominam as regras da hipermasculinidade, facilita a violência contra as mulheres (ENLOE, 2000; GOLDSTEIN, 2001). Existem conexões diretas entre a violência contra o inimigo no campo de batalha e a violência contra as mulheres no âmbito doméstico²¹ (ENLOE, 1988). Segundo a ativista feminista de paz Rachel Ostrowitz, existe uma forte relação entre a violência perpetrada nos territórios ocupados e a violência doméstica contra as mulheres. Um soldado que serve na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e aprende que é permissível usar a violência contra outras pessoas é suscetível a trazer a violência ao lar (OSTROWITZ, em entrevista com SHARONI, 1990)²².

Enquanto o governo israelense mantiver sua obsessão com a segurança como força militar, cidadãs mulheres continuarão tendo status secundário. Nas palavras de Naomi Chazan:

²¹ Segundo consta na Base de Dados Global em Violência contra a Mulher da ONU Mulheres, não há disponíveis dados nacionais oficiais sobre violência de gênero em Israel. Ver www.evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/asia/israel.

²² Trechos desta entrevista foram publicados por Sharoni em seus trabalhos de 1994 e 1995.

“mulheres judias israelenses tem estado ocupadas pela ocupação”. A autora acredita que as mulheres judias israelenses precisam se livrar da ocupação para se auto libertar (CHAZAN; MARI, 1994, p. 15). Se bem essas são palavras escritas há mais de 20 anos, elas continuam fortemente verdadeiras na atual realidade de Israel.

2.1.2 As mulheres palestinas e os impactos generificados da ocupação

Após 1967, a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza transformou o dia a dia da sociedade palestina. Como consta no relatório de 2005 da Amnistia Internacional, as mulheres palestinas dos territórios ocupados, após décadas de ocupação, encaram um desafio em três frentes: como membros da sociedade palestina que não possui um Estado próprio e vive sob uma ocupação que controla suas vidas; como mulheres que vivem em uma sociedade patriarcal; e como integrantes de uma nação submetida a leis discriminatórias. Décadas de ocupação reduziram fortemente as oportunidades de desenvolvimento da Palestina e aumentaram a violência e a discriminação contra as mulheres (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2005; COCKBURN, 2007).

Jornais e organizações ativistas ao redor do mundo denunciam o desrespeito aos direitos humanos e as pobres condições socioeconômicas que configuram a realidade na Cisjordânia e na Faixa de Gaza²³, em grande parte como consequência da militarização do conflito e do sistema de ocupação. As múltiplas violações cometidas pelo exército israelense nos territórios ocupados têm consequências graves para a população palestina, e são as mulheres as que sofrem a pior parte dessa situação – por serem mais vulneráveis a essas violações e porque tal militarização agrava as já existentes limitações às quais são submetidas na sociedade patriarcal tradicional palestina. Além disso, o aumento da militarização do conflito levou a um grande aumento da violência dentro da sociedade palestina e dentro da família, o que traduziu-se num grande aumento da violência de gênero (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2005). Em 2011, o Comitê da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da ONU demonstrou preocupação com relação à contínua violência sofrida por mulheres palestinas nos territórios ocupados, constantemente atacadas por soldados e colonos

²³ A Cisjordânia está militarmente e colonialmente ocupada desde 1967, já a Faixa de Gaza deixou de estar territorialmente ocupada por Israel em 2005 – quando Israel removeu todos os assentamentos – mas ainda tem suas fronteiras controladas.

israelenses e por homens de sua própria comunidade, apontando para a ocorrência de violência física, psicológica, verbal e sexual (CEDAW, 2011).

Ao carecer de um Estado e de instituições públicas efetivas, a população palestina se viu em muitos momentos submetida à autoridade de grupos extremistas tradicionalistas, que reforçam a existente desigualdade de gênero e pressionam as mulheres a ajustar-se às normas tradicionais ou religiosas. O Hamas²⁴ por exemplo, além de estimular o uso do véu, impõe que as mulheres abandonem atividades públicas e dediquem-se aos seus papéis tradicionais de esposas e mães, deixando que os homens conduzam a luta contra Israel (DAJANI, 1994).

A ocupação israelense impacta negativamente a vida dos palestinos de inúmeros modos. Um deles é a limitação da liberdade de circulação imposta de distintas maneiras, notadamente através dos toques de recolher e das centenas de *checkpoints*²⁵ instalados, nos quais os palestinos devem mostrar autorizações e passar por revistas²⁶. Com a expansão dos assentamentos israelenses, as regiões nas quais os palestinos não têm direito de circular multiplicaram-se, realidade que agravou-se com a construção do muro de separação²⁷ de 600 quilômetros de comprimento iniciada em 2002.

Um dos grandes impactos dessa restrição à circulação na vida das mulheres é o impedimento sofrido por mulheres grávidas de chegar aos hospitais para exames ou para o parto. Constantemente mulheres palestinas se vem obrigadas a dar a luz em *checkpoints*, ou optam por realizar o parto em suas residências para evitar o processo arriscado de passar por um *checkpoint* (RYAN, 2015). Ativistas feministas denunciam que, ao negar ou atrasar a

²⁴ O Hamas é uma organização política palestina islâmica que foi fundada durante a primeira intifada, em resistência à ocupação israelense. Considerada uma organização terrorista por Israel, pelos Estados Unidos e outras entidades internacionais, rompeu com o Fatah em 2006 e governa a Faixa de Gaza desde 2007 (HUBERMAN, 2014). A atual liderança palestina na Cisjordânia está ligada ao Fatah, que é mais moderado do que o Hamas e se mostra disposto a negociar com Israel, enquanto o Hamas declara publicamente que deseja a completa destruição do Estado de Israel e estimula a luta armada. Muitos autores colocam a falta de concordância entre o Hamas e o Fatah como uma das travas ao processo de negociação entre Israel e a Palestina.

²⁵ No início dos anos 1990, o governo israelense implementou um sistema de controle da circulação dos palestinos através da criação de *checkpoints* (postos de controle) nas fronteiras e no interior dos territórios ocupados, nos quais soldados monitoram a passagem de palestinos (HUBERMAN, 2014). Assim como o muro de separação, os *checkpoints* foram apresentados pelo governo israelense como uma medida de segurança. Atualmente alguns dos *checkpoints* permanentes são completamente ou parcialmente privatizados.

²⁶ Como será visto a seguir, movimentos de mulheres dedicam-se a denunciar as violações aos direitos humanos que ocorrem nos *checkpoints*.

²⁷ O muro é chamado pelo governo israelense de “*defence fence*”, enquanto muitos chamam-no de “muro de separação” ou “muro de apartheid”. As autoridades israelenses sustentam que o muro tem um objetivo de defesa (impedir a entrada de possíveis atacantes palestinos) entretanto mais de 80% da extensão do muro foi construída no interior da Cisjordânia, e não na divisa, separando assim vilas e cidades palestinas.

passagem de mulheres grávidas pelo *checkpoint*, os soldados israelenses cometem uma grave violação dos direitos reprodutivos dessas mulheres e de diversas convenções internacionais. Além disso, denunciam-se constantes maus tratos às mulheres palestinas por parte dos soldados israelenses nos *checkpoints* e nos centros de detenção durante interrogatórios: “abuso e violência sexual, além de outras formas de tortura e humilhação, têm sido usadas como armas contra mulheres palestinas” (ROSENWASSER; STRUM, 1992, apud SHARONI, 1994, tradução nossa).

Em adição, a sistemática demolição de residências palestinas na Cisjordânia perpetrada pelo exército israelense²⁸ traz impactos negativos especialmente às mulheres, já que geralmente são elas as testemunhas das demolições e eventualmente as que enfrentam os soldados, dado que passam mais tempo em casa do que os homens. As demolições sistemáticas aprofundaram o ódio à ocupação militar; muitas mulheres palestinas que vivenciaram a demolição de sua residência fortaleceram seu comprometimento com a causa nacional palestina (MAYER, 1994).

Estes são alguns exemplos do que implica ser uma mulher na sociedade palestina e viver sob uma dupla opressão, a opressão patriarcal e a opressão da ocupação militar. Trata-se de um duplo desempoderamento contra o qual muitas ativistas palestinas vêm lutando.

2.2 Ativismo de paz: mulheres israelenses e palestinas contra a ocupação israelense

As mulheres israelenses e palestinas estiveram amplamente excluídas dos distintos processos formais de negociação em busca de acordos de paz. No entanto, em ambos os lados do conflito, muitas mulheres se envolveram fortemente em ativismo político informal, especialmente a partir da primeira intifada, contra a ocupação e em prol da paz. Em muitos casos, conectaram essa luta com a luta contra a opressão de gênero.

A presente seção está dividida em 3 subseções. A primeira busca fazer uma reconstrução histórica do ativismo político de mulheres palestinas, e a segunda se propõe a fazer o mesmo com a trajetória ativista das mulheres israelenses. A terceira subseção dedica-se às ações conjuntas de israelenses e palestinas que foram surgindo a partir da primeira intifada. Busca-se, ao longo de toda a seção, relacionar a luta contra a ocupação israelense com a luta pelo fim das assimetrias de gênero em ambas as sociedades envolvidas no conflito.

²⁸ Segundo o *Israeli Committee Against House Demolitions* (ICAHD), 25.880 edifícios palestinos foram demolidos pelas forças israelenses entre 1967 e 2012 (ICAHD, 2012 apud HUBERMAN, 2014).

2.2.1 Ativismo de mulheres palestinas

As mulheres palestinas estiveram historicamente envolvidas em ativismo político. As primeiras tentativas das mulheres palestinas de se organizar como mulheres ocorreram durante os anos do mandato britânico, em protestos contra a Declaração Balfour de 1917²⁹. Desde sua origem, o movimento de mulheres palestinas esteve fortemente ligado à luta nacional palestina – luta que é central na vida dos palestinos, tanto os que residem nos territórios ocupados quanto os que detém cidadania israelense, e que faz parte do dia a dia das mulheres³⁰.

Com a criação de Israel em 1948³¹ e o grande deslocamento de palestinos, as mulheres enfrentaram mais dificuldades para atuar, no entanto permaneceram ativas, principalmente em organizações de caridade. Uma nova fase no ativismo de mulheres palestinas se iniciou após 1964, com o estabelecimento da Organização para a Liberação da Palestina (OLP) e a criação de organizações de mulheres a ela associadas, a Associação de Mulheres Palestinas (PWA) e a União Geral de Mulheres Palestinas (GUPW) (DANIELE, 2011; MAYER, 1994; SHARONI, 1995).

Essas novas organizações de mulheres, em meio ao cenário de mudanças decorrentes do início da ocupação de 1967, começaram lentamente a impulsionar uma tomada de consciência por parte das mulheres palestinas sobre “o paradoxo que constituía seu papel dentro da luta nacionalista e sua representação dentro da sociedade patriarcal” (DANIELE, 2011, p. 63, tradução nossa). No final dos anos 1970 e início dos 1980, mulheres palestinas avançaram ainda mais na sua organização, com a formação de diferentes comitês, como o *Women’s Work Committee* (WWC), o que lhes deu a experiência que permitiu estender seu ativismo durante a primeira intifada (DAJANI, 1994; SHARONI, 1995).

²⁹ A Declaração Balfour de 1917 foi a declaração na qual os britânicos – que dominavam a região da Palestina no período – afirmaram que viam com simpatia o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na região da Palestina. Foi um importante antecedente da criação do Estado de Israel.

³⁰ É importante colocar que existem grandes diferenças entre as palestinas que vivem em Israel e as que vivem nos territórios ocupados. As palestinas cidadãs israelenses são mais privilegiadas do que as Palestinas que moram em Gaza ou na Cisjordânia. Essas diferenças e a separação geográfica dividem as mulheres palestinas, dificultando sua ação.

³¹ Em 1947 a recém-criada ONU aprovou um plano de partilha do território da Palestina para a criação de dois Estados: um judeu e outro palestino. O plano definia que cerca de 56% da terra ficaria para os judeus e 42% para os palestinos, sendo que os outros 2%, Jerusalém e Belém, ficariam sob a tutela da comunidade internacional. O plano foi aceito pelos judeus mas recusado pelos palestinos. Resultado disso, ocorreu a primeira guerra israelo-palestina, guerra que os israelenses chamam de “Guerra de Independência” e os Palestinos de “Nakba”, que significa catástrofe – quando 800 mil palestinos foram expulsos ou escaparam de suas casas (LENTIN, 2008). Com o fim da guerra de 1948 nasceu oficialmente o Estado de Israel.

Foi com a intifada de 1987³² que o movimento de mulheres palestinas atingiu real potencial dentro da luta nacional palestina. Mulheres palestinas de todas as idades e classes sociais, tanto em Israel quanto nos territórios ocupados, se conectaram no levante contra a ocupação israelense, engajando-se em ações diversificadas, demonstrando enorme coragem no confronto com os soldados israelenses e buscando assumir papéis públicos ativos na luta anti-ocupação (DAJANI, 1994; DANIELE, 2011).

Ao longo da intifada, quando muitos homens foram presos, feridos ou mortos, mulheres palestinas se viram obrigadas a assumir novos papéis. Algumas assumiram papéis políticos públicos em partidos, mas a maioria se envolveu em distintas formas de ativismo político informal. Algumas de suas ações, notadamente ao enfrentar soldados, eram violentas, mas em sua maior parte as formas de ação eram pacíficas: demonstrações, protestos, visitas a prisioneiros políticos, boicotes comerciais a Israel entre outros. Também economicamente alterou-se o papel ocupado pelas mulheres, já que muitas tiveram de assumir a função de provedoras da casa. Em nível social, engajaram-se em atividades de caridade e educação; “quando, por exemplo, as autoridades israelenses fecharam instituições educativas, as mulheres foram centrais em estabelecer um sistema de educação clandestino” (RICHTER-DEVROE, 2012, p. 6, tradução nossa).

A ação coletiva de mulheres palestinas durante a primeira intifada não teve uma agenda feminista, entretanto, engajar-se fortemente em ativismo político permitiu que essas mulheres comessem a desafiar a posição tradicional que ocupavam na sociedade palestina. O empoderamento das mulheres palestinas que ocorreu nesse período pode ser percebido no discurso de Samira³³, jovem ativista palestina da primeira intifada:

Houve aqui um processo social [...]. Mulheres (palestinas) nas vilas e campos, como a minha mãe, começaram a se libertar da dominação de seus maridos. Se você quer saber o que aconteceu, apenas olhe para minha mãe. Ela ainda está sob o controle do meu pai [...] mas agora ela sai e participa de demonstrações, marchas, e ela não pede a sua permissão. [...] Ela nunca foi tão livre. Antes, ela não falaria livremente com ele, agora ela fala. Ela começa a entender que as suas opiniões valem alguma coisa, que *ela mesma* tem algo para dizer e contribuir para a sociedade [...]. Essa é a grande mudança que se deu desde a intifada. De alguma forma a intifada contribuiu mais para as mulheres do que as mulheres para a intifada. Através da luta nacional, poderia se dizer, mulheres têm sido capazes de abandonar seus lugares tradicionais [...]. Em muitos casos, quando os maridos estavam presos, as mulheres tiveram que sair e trabalhar para sustentar a família. [...] Elas saíram e participaram em demonstrações

³² Intifada é uma palavra que vem do árabe e significa “sacudir”. A Primeira Intifada, conhecida como a “revolta das pedras”, teve início em 1987 e se estendeu até 1993. Ela constituiu o primeiro levante organizado da sociedade palestina, no qual houve uma forte união sob uma bandeira única: o fim da ocupação e a independência da Palestina. Foi um levante massivo, ao qual o governo de Israel respondeu com forte repressão.

³³ O discurso de Samira se encontra no livro *Three Mothers, Three Daughters* (1996) de Michael Gorkin e Othman Rafiq.

e greves de fome, pelos prisioneiros. E elas se envolveram diretamente em confrontos com soldados – atirando pedras ou qualquer coisa. Quando tudo isso começou a acontecer, os homens se opuseram. Mas gradualmente ficou claro aos homens que a intifada é uma guerra do povo, e então a participação das mulheres tornou-se aceitável. Antes, os homens viam as mulheres como fracas. Agora eles viram que as mulheres podem enfrentar soldados, podem enfrentar serem feridas ou martirizadas. [...] As mulheres se tornaram mais livres do que nunca (GORKIN; RAFIQA, 1996, p. 133-134, tradução nossa).

Segundo Souad Dajani, “há uma clara conexão entre o aumento do ativismo de mulheres e a atmosfera geral de mudanças sociais gerada pela intifada [...], filhas irmãs e esposas começaram a desafiar as restrições patriarcais à sua participação pública no levante” (DAJANI, 1994, p. 38, tradução nossa). Ao envolver-se mais fortemente com a luta nacionalista durante a intifada, as mulheres palestinas foram adquirindo consciência da discriminação e opressão que poderiam enfrentar no futuro Estado palestino. Assim, começaram a unir as aspirações nacionais com as aspirações feministas de desafiar as estruturas patriarcais e o fundamentalismo religioso (DAJANI, 1994; LENTIN, 1996). Por outro lado, mantiveram a utilização do discurso materno como parte fundamental de seu ativismo.

No final dos anos 1980 e início dos 1990 alguns grupos de mulheres palestinas em prol da paz foram criados. O principal é o *Jerusalem Center for Women* (JCW), que se mantém ativo até hoje. Trata-se de uma organização de orientação feminista que tem como objetivo o empoderamento das mulheres palestinas na sociedade e no processo de paz. Instalada em Jerusalém Oriental, buscou desde seu nascimento juntar o propósito de alterar as relações patriarcais com o propósito de estabelecer a paz com os vizinhos³⁴. O JCW organiza projetos de empoderamento, conscientização e estímulo à participação política de mulheres, programas educacionais em direitos humanos e democracia, amparo às famílias que tiveram suas casas demolidas, apoio às mulheres palestinas presas, apoio a mulheres candidatas a cargos políticos entre outros (COCKBURN, 2007). O JCW associou-se com a organização israelense *Bat Shalom*³⁵ através do *Jerusalem Link*, articulando assim as suas iniciativas com as iniciativas de mulheres israelenses.

Depois do fim da primeira intifada, diminuíram as iniciativas de resistência palestina, que foram retomadas em decorrência do fracasso do processo oficial de paz e a eclosão da

³⁴ Ver <http://www.j-c-w.org/>

³⁵ Bat Shalom (filhas da paz, em hebraico) é uma organização israelense feminista de mulheres judias e palestinas residentes em Israel que trabalham juntas em prol da paz baseada em uma resolução justa do conflito entre Israel e a Palestina, o respeito aos direitos humanos e uma voz igual às mulheres palestinas e judias na sociedade israelense (Coalition of Women for Peace, 2010).

segunda intifada, conhecida como *Al-Aqsa intifada*, em 2000³⁶. A resistência palestina durante o segundo levante teve uma clara liderança masculina e foi essencialmente armada; as mulheres tiveram pouco espaço. Se a primeira intifada empoderou mulheres palestinas, a segunda teve o efeito contrário. Quando a luta foi conduzida por grupos militaristas usando armas, as mulheres ficaram excluídas (SAAR, 2016).

Iniciativas de paz de mulheres palestinas continuaram a existir, porém com menor expressividade. Em 2003 surgiu a rede “*Women against the Wall*”, iniciativa de mulheres palestinas dos territórios ocupados para protestar semanalmente de forma não-violenta contra o muro de separação. Atualmente, mulheres palestinas continuam a se engajar em diversos tipos de ação para manifestar suas insatisfações, pedir por negociações de paz e pelo fim da ocupação. Com o passar do tempo o ativismo político de mulheres contra a ocupação modificou-se e buscou internacionalizar-se e focar-se em atividades de boicote a Israel (RICHTER-DEVROE, 2012).

Ao abandonar suas posições tradicionais, na esfera privada, como a maternidade e o cuidado do lar, e se engajar em ativismo na esfera pública, as mulheres palestinas passaram a enxergar com clareza que tanto quanto desejavam ser livres da ocupação israelense e ter um Estado próprio desejavam também ser cidadãs livres e viver em igualdade com os homens dentro da sua sociedade (DAJANI, 1994). Assim, desenvolveu-se um forte movimento de mulheres palestinas que conecta feminismo, nacionalismo e paz.

2.2.2 Ativismo de mulheres israelenses

No lado israelense do conflito, a intifada palestina de 1987 fez com que segmentos da população israelense, notadamente a esquerda³⁷ e os já existentes movimentos de paz³⁸, tomassem maior consciência sobre a gravidade da ocupação da qual faziam parte (SVRISKY,

³⁶ A visita do primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, à mesquita Al-Aqsa em setembro de 2000 – vista como uma tentativa de afirmar a soberania israelense sobre o Monte do Templo de Jerusalém – serviu de gatilho para a explosão da segunda intifada, muito mais sangrenta do que a primeira. O segundo levante palestino foi muito diferente do primeiro – muito mais violento e com menor participação popular (HUBERMAN, 2014).

³⁷ Em Israel normalmente o termo “esquerda” utiliza-se para se referir àqueles grupos, partidos ou indivíduos que querem resolver o conflito pelas vias da paz e negociação com os palestinos. Há por parte do establishment israelense um forte desprezo aos movimentos de paz. Segundo a ativista Anat Saragusti, hoje em Israel um ativista de paz é um esquerdista, e um esquerdista é um traidor do Estado (SARAGUSTI, 2011).

³⁸ Um movimento de paz em Israel já existia desde a década de 1970, sendo o *Shalom Achshav* (Paz Agora, em hebraico) a organização de maior magnitude e visibilidade, na qual era grande a presença de mulheres. Se bem as mulheres eram participantes ativas, os processos de tomada de decisão eram conduzidos por homens.

1996). As mulheres judias, amplamente marginalizadas da política pelo discurso de segurança, foram influenciadas pelas ações e a visibilidade adquirida pelas mulheres palestinas durante a primeira intifada; o movimento de mulheres palestinas sacudiu o movimento feminista em Israel (ABDO, 1991). O resultado foi o surgimento de diversas iniciativas de mulheres (muitas dessas iniciativas feministas) em prol da paz, que começaram a se mobilizar contra a ocupação e a questionar o discurso nacional de segurança hegemônico definido através do militarismo masculinizado (SHARONI, 1995; 2012).

O surgimento de um movimento feminista em Israel se deu no início da década de 1970, mas foi somente no final desta década que começou-se a buscar articular as questões feministas com as questões de paz e com o problema da ocupação (SHARONI, 1995). Apesar de que muitas feministas judias israelenses continuaram se preocupando exclusivamente com questões referentes à igualdade de gênero na sociedade israelense, no exército etc., muitas passaram a se ocupar diretamente com as questões da paz.

O nascimento do movimento *Women in Black* (WiB) em 1988 em Jerusalém é um marco importante no movimento de mulheres israelenses pela paz; muitos consideram o nascimento do WiB o marco inicial da trajetória do movimento de paz feminista em Israel. O WiB nasceu quando algumas mulheres que formavam parte de um movimento de paz misto criado durante as primeiras semanas da intifada, o *Dai L'Kibbush* (hebraico para “acabar com a ocupação”) organizou uma vigília silenciosa com cartazes dizendo “*Dai L'Kibbush*”, tanto em hebraico quanto em inglês e árabe. O movimento cresceu rapidamente e as vigílias, realizadas por mulheres vestidas de preto, se tornaram semanais e passaram a ser o símbolo da resistência feminina à ocupação israelense. O objetivo das campanhas do WiB era atrair a atenção pública para os horrores da ocupação e demonstrar solidariedade aos palestinos, especialmente às mulheres (SHARONI, 1995). As ações e a trajetória do WiB, que se espalhou pelo mundo e é hoje uma rede mundial de mulheres, são abordadas em maior profundidade no terceiro capítulo.

Ao longo dos anos da primeira intifada, diversos grupos de paz de mulheres³⁹ além do WiB foram surgindo em Israel, buscando principalmente influenciar a opinião pública e

³⁹ Entre os exemplos de destaque encontra-se o SHANI, criado em 1988 e também conhecido como “mulheres israelenses contra a ocupação”, que dedicou-se à organização de simpósios, discussões e demonstrações públicas, tendo como foco a educação política através de encontros com especialistas e mulheres palestinas. Além disso, organizavam-se visitas aos territórios ocupados com objetivos educacionais e buscando articular-se com mulheres palestinas. Outro grupo importante foi o RESHET (também conhecido como “rede de paz de mulheres israelenses”), criado em 1989, que instalou-se em distintas cidades israelenses, defendendo a solução dos dois Estados para dois povos. As atividades eram principalmente educacionais, buscando transformar a visão sobre o conflito; um diferencial desse grupo era que a sua liderança estava composta por mulheres conhecidas e já envolvidas com a política, algumas delas membras do parlamento. Outros grupos que surgiram foram o *Women's Organization for Women Political Prisoners*, o *Neled* e o *Women and Peace Coalition*.

pressionar o governo a engajar-se em negociações de paz (SHARONI, 2012). Segundo a ativista de paz israelense Gila Svirsky, essas organizações de mulheres em prol da paz, coletivamente conhecidas como movimento de paz de mulheres israelenses, tornaram-se a parte mais dinâmica e persistente do movimento de paz em Israel. O ativismo de paz dessas mulheres se tornou cada vez mais variado, mais criativo e mais ousado em comparação ao ativismo dos grupos mistos. A variedade das atividades que realizavam incluía conferências, marchas, ajuda humanitária, demonstrações públicas e vigílias. Os movimentos de mulheres tomaram posições mais radicais frente ao conflito e às atitudes do governo israelense muito antes do que os mistos. Entre os fatores apontados pela autora como aqueles que levaram as mulheres israelenses a sentir a necessidade de criar um movimento próprio está a invisibilidade que as caracterizava dentro dos já existentes grupos de paz, especialmente na liderança (SVIRSKY, 2004, 2006). Nas palavras de Naomi Chazan, “as mulheres têm estado bloqueadas das posições de liderança em outras organizações políticas... É crucial às mulheres ter o poder de se expressar politicamente. É por isso que elas criaram esses novos movimentos” (CHAZAN, 1989, apud SVIRSKY, 2006, tradução nossa).

Foi durante a primeira intifada que muitos grupos de mulheres⁴⁰ em Israel começaram a conectar fortemente a luta contra a ocupação e as aspirações de paz com a luta pela emancipação da mulher na sociedade israelense; “para essas mulheres, a paz com os palestinos [estava] intrinsecamente conectada com a luta por igualdade e justiça social para todas as mulheres” (DAJANI, 1994, p. 44, tradução nossa). As ativistas israelenses perceberam que a resolução do conflito tinha uma ligação direta com a luta pela igualdade de gênero; que a luta feminista em Israel era (e ainda é) também a luta contra as estruturas militaristas, contra a opressão e contra a ocupação – especialmente a militar – da Palestina (SHARONI, 2012).

Por outro lado, o uso do discurso materno estava presente em muitas das iniciativas de mulheres, em ambos os lados do conflito. Alguns grupos de paz inclusive identificavam-se como “mães”, entre eles o *Mothers against Silence* e o *Four Mothers*, grupos de mulheres (em sua maioria mães de soldados) que se formaram alguns anos mais tarde e foram muito ativos na campanha de pressionar o governo israelense a retirar a ocupação do Líbano. Segundo Sharoni:

Cientes de que o público israelense é mais receptivo às mulheres defendendo a paz sob o a bandeira da maternidade do que sob a bandeira feminista, mulheres ativistas de paz israelenses continuaram a explorar caminhos criativos para abordar as

⁴⁰ Cabe colocar que esses grupos de mulheres eram em sua grande maioria integrados por mulheres brancas, *ashkenazi*, pertencentes à classe dominante e bem educadas. Algumas autoras apontam para o elitismo desses movimentos.

dimensões de gênero do conflito e da construção da paz (SHARONI, 2012, p. 117, tradução nossa).

Os eventos que sucederam o fim da primeira intifada – o fracasso do processo de paz, a explosão da segunda intifada, a construção do muro de separação, a contínua construção de assentamentos, os ataques terroristas palestinos etc. – representaram novos desafios ao movimento de paz israelense e também às organizações de mulheres, especialmente às ações conjuntas entre mulheres israelenses e as palestinas dos territórios ocupados, que acabaram praticamente se extinguindo⁴¹. Diante da nova realidade, o movimento de mulheres israelenses pela paz se modificou, abandonando a estratégia do diálogo com as vizinhas palestinas e adotando uma nova estratégia: a da solidariedade baseada na luta não-violenta e na busca de apoio internacional.

Atualmente, as 11 principais organizações⁴² de mulheres israelenses (judias e palestinas) que continuam atuando contra a ocupação e pela paz estão aliadas através da *Coalition of Women for Peace (CWP)*⁴³, organização engajada em uma grande diversidade de projetos, tendo como principal objetivo o fim da ocupação. As atividades da CWP são analisadas em profundidade no terceiro capítulo.

2.2.3 Ações conjuntas

Ao tratar das iniciativas de paz conjuntas de mulheres israelenses e palestinas, muitas autoras falam em lealdade de gênero. Segundo Tamar Mayer, a ocupação reforçou a lealdade entre as mulheres porque, ao estarem ambas excluídas dos processos oficiais de negociação e da política de forma geral, encontram-se mais livres para construir um diálogo e associar-se do que os homens que comandam as negociações e discussões (MEYER, 1994). Segundo Elise Boulding, as mulheres são mais livres para desenvolver novas estratégias de promoção da paz

⁴¹ Foi o que ocorreu com a principal iniciativa de paz conjunta entre mulheres israelenses e palestinas dos territórios ocupados, o *Jerusalem Link*.

⁴² Entre essas 11 organizações, destacamos duas nascidas nos anos 2000, o *New Profile* e o *Machsom Watch*. O primeiro é uma organização feminista de homens e mulheres dedicada ao combate à militarização da sociedade israelense. Realizam ações de protesto contra a ocupação militar e apoiam jovens israelenses que se recusam a servir no IDF. O segundo é um grupo de mulheres que se organiza para monitorar diariamente *checkpoints* e registrar abusos de direitos humanos perpetrados por soldados israelenses em cidadãos palestinos (COCKBURN, 2007).

⁴³ As onze organizações que integram a CWP são: *Machsom Watch*, *Women in Black*, *Bat Shalom*, *Bat Tzafon for Peace and Equality*, *TANDI - Movement of Democratic Women in Israel*, *New Profile*, *The Fifth Mother*, *WILPF (Women's International League for Peace and Freedom) Israel*, *Noga Feminist Journal*, *NELED - Women for Coexistence e Union of Progressive Women*. Ver <http://www.coalitionofwomen.org/>

justamente porque são marginalizadas dos processos de tomada de decisão e têm menos interesses para proteger (BOULDING, 2000 apud POWERS, 2006). Segundo Abdo, as preocupações compartilhadas entre as mulheres israelenses e palestinas sobre a emancipação da mulher em ambas as sociedades foi a base para o estabelecimento de redes e coalizões, que motivaram as mulheres a se juntar e lutar pela paz. Ambos grupos de mulheres envolvidos nessas iniciativas estavam cientes de que a emancipação não seria possível enquanto houvesse a ocupação e o conflito entre os dois povos (ABDO, 1991; DAJANI, 1994).

Alianças entre mulheres palestinas e israelenses, além de relações pessoais de ativistas, acadêmicas e jornalistas independentes eram praticamente inexistentes antes da primeira intifada. Foi durante os dois primeiros anos da intifada iniciada em 1987 que palestinas dos territórios ocupados e de Israel começaram a estabelecer diálogos, se juntar em conferências e elaborar projetos conjuntos com mulheres judias israelenses (POWERS, 2006). Muitos encontros e convenções foram realizadas no exterior, graças à falta de apoio governamental às iniciativas de aproximação das duas partes do conflito. Massivas mobilizações de mulheres através da solidariedade feminista foram ativadas durante a primeira intifada, buscando desafiar o *status quo* da ocupação militar (CHAZAN, 2006; DANIELE, 2011).

Antes de que representantes israelenses e palestinos iniciassem o processo de paz oficial, mulheres israelenses e palestinas engajaram-se em diversas conferências de paz internacionais. A primeira delas ocorreu em 1989, na cidade de Bruxelas – foi a primeira conferência formal entre as mulheres palestinas e israelenses. Este encontro, intitulado “*Give Peace a Chance: Women Speak Out*” reuniu aproximadamente 60 mulheres (judias israelenses, palestinas israelenses e palestinas dos territórios ocupados) para discutir as perspectivas para a resolução do conflito. Durante o evento elaborou-se uma declaração pedindo por negociações diretas entre Israel e a OLP. Alguns meses após o encontro, ao redor de seis mil mulheres coordenadas pelo *Palestinian Women’s Working Committees* e a *Israeli Women Peace Coalition*, marcharam desde Jerusalém Oriental até a parte ocidental levantando a bandeira ‘*Women Go For Peace*’⁴⁴ (CHAZAN, 2006; DANIELE, 2011; SHARONI, 1995). Nos seguintes anos da primeira intifada, encontros como esse continuaram a ocorrer.

Apesar da magnitude desses encontros e do pioneirismo que tiveram as mulheres em pedir, de forma conjunta, por negociações de paz e adotar o slogan “dois Estados para dois

⁴⁴ No evento falou-se do movimento de mulheres israelenses em prol da paz como um fenômeno situado em um contexto internacional de mulheres ativistas, apontando para outros exemplos, como o Madres de Plaza de Mayo (SHARONI, 1995).

povos”, as mulheres foram pouco reconhecidas pelos governos, a mídia e a opinião pública. “As mulheres não foram tratadas como atores políticos sérios e capazes de intermediar uma solução longa e duradoura para o conflito” (SHARONI, 2012, p. 115, tradução nossa).

Durante a Guerra do Golfo (1991), os grupos de paz de mulheres enfrentaram dificuldades para atuar. Por um lado, o movimento de paz de mulheres em Israel não conseguiu articular uma posição anti-guerra unânime e, por outro, palestinas e israelenses se encontraram em lados opostos frente à crise, o que dificultou o diálogo. O abismo entre a realidade de guerra e as aspirações de paz frustraram muitas iniciativas; o WiB suspendeu temporariamente as vigílias semanais (LENTIN, 1996; SHARONI, 1995). Durante o processo de paz de Oslo (1993-1995)⁴⁵, ativistas mulheres também enfrentaram dificuldades. Em Israel, o movimento de paz de mulheres, assim como o movimento de paz de forma geral, encontrou-se profundamente dividido em relação ao conteúdo e à implementação dos acordos – enquanto algumas viam os acordos como um importante passo em direção à paz, outras argumentavam que os acordos perpetuavam a dominação dos palestinos por parte dos israelenses (SHARONI, 2012).

No entanto, o diálogo entre israelenses e palestinas que se manteve desde o encontro de Bruxelas em 1989 resultou no estabelecimento do *Jerusalem Link*, iniciativa conjunta de duas organizações, o *Bat Shalom* no lado israelenses e o *Jerusalem Center for Women* no lado palestino, que se uniram para cooperar e promover uma visão conjunta de paz e liderança feminina, defendendo a ideia de dois Estados para dois povos e Jerusalém como capital compartilhada (DANIELE, 2011). Com o fracasso do processo de paz e a eclosão da segunda intifada em 2000, a grande maioria das iniciativas conjuntas de israelenses e palestinos se desfez. O *Jerusalem Link* praticamente parou de funcionar.

Iniciativas conjuntas de mulheres judias e palestinas residentes em Israel ainda existem e são ativas, como a CWP, entretanto raros são os casos de ações em conjunto com palestinas da Cisjordânia e de Gaza. Segundo Abdo, é praticamente impossível esperar que mulheres que vivem sob a ocupação israelense, opressão e humilhação há anos estejam dispostas a dialogar com o inimigo (ABDO; LENTIN, 2002).

⁴⁵ Após a primeira intifada iniciou-se o processo de paz de Oslo, facilitado pela mudança de governo ocorrida em Israel em julho de 1992 e o consequente estabelecimento de um novo governo liderado pelo trabalhista Yitzhak Rabin – o que concedeu nova esperança para a paz. Após dois anos de negociações preliminares assinaram-se os acordos conhecidos como Oslo I entre Israel e a OLP (reconhecida pela primeira vez como representante legítima do povo palestino) em 1993. Em 1995 vieram os acordos de Oslo II. Ao decorrer do processo de paz, continuou-se a construção de assentamentos e não houve uma mudança real na política de ocupação (HUBERMAN, 2014).

As barreiras para a ação conjunta sempre foram grandes, especialmente nas crises, quando se acirra o conflito. As motivações e a visão sobre o caminho para a paz foram muitas vezes divergentes. Quanto à motivação, a própria condição de ocupado e ocupador alimenta diferentes motivações. Quando surgiram as ações conjuntas, a motivação das ativistas judias israelenses residia principalmente na solidariedade com os palestinos – especialmente com as palestinas – e na insatisfação com os efeitos da ocupação na sociedade israelense, enquanto as mulheres palestinas encontravam grande parte da motivação nas suas aspirações nacionais (LENTIN, 1996). Além disso, as diferentes perspectivas de paz impõem uma dificuldade: o que a paz significa para cada lado do conflito pode não ser o mesmo. Por último, as assimetrias profundas existentes entre israelenses e palestinas dificultam a confiança e a ação coletiva (COCKBURN, 2007).

Apesar dos desafios, da escalada da violência, da falta de perspectiva para a retirada da ocupação e a resolução do conflito, as mulheres israelenses e palestinas obtiveram, após décadas de luta pela paz, alguns ganhos. Talvez o principal deles seja seu próprio empoderamento como mulheres.

3 ATIVISMO FEMINISTA TRANSNACIONAL DE PAZ: COALITION OF WOMEN FOR PEACE, WOMEN IN BLACK E CODEPINK CONTRA A OCUPAÇÃO ISRAELENSE

Como exposto no capítulo anterior, um verdadeiro movimento de mulheres israelenses e palestinas atuando em paralelo e em conjunto contra a ocupação israelense surgiu com força no início da primeira intifada em 1987 e, com períodos mais e menos intensos de atuação, continuou ativo ao longo da década de 1990 e ao longo da segunda intifada. Desde então, anos se passaram e o grande objetivo desses movimentos – acabar com a ocupação israelense – não foi alcançado. Pelo contrário, a ocupação da Palestina continuou e se intensificou⁴⁶. Sucessivos fracassos das tentativas de paz e a falta de resposta do governo israelense às demandas do movimento de paz obrigaram os grupos de mulheres pela paz a procurarem novas estratégias, entre as quais a busca de apoio estrangeiro. A primeira seção deste capítulo busca explicar brevemente como se deu este processo. A segunda seção apresenta as três redes feministas de paz escolhidas como estudos de caso nesta pesquisa – três redes formadas por mulheres, transnacionais e/ou que possuem articulação transnacional e que lutam contra a ocupação israelense e pela paz: *Coalition of Women for Peace (CWP)*, *Women in Black (WiB)* e *CODEPINK*. O foco é colocado em seus métodos de ação, identidades de gênero e feministas, sua articulação internacional e suas ações contra a ocupação israelense. Por último, a terceira seção do capítulo dedica-se à análise do ativismo dos três movimentos: seus discursos e sua ação. Apoiando-se nas teorias e nos conceitos apresentados no primeiro capítulo e tendo como pano de fundo as dimensões de gênero da ocupação israelense, analisam-se as ações destas três redes sob a ótica de dois prismas: por um lado, o da articulação transnacional feminista e, por outro, o da mobilização da identidade de gênero para promover a paz.

3.1 Do local ao global: enfraquecimento do movimento de paz de mulheres no âmbito local e a busca por solidariedade no âmbito global

⁴⁶ Do início da administração de Ariel Sharon, em 2001, ao final da administração de Ehud Olmert, em 2009, a população de colonos nos territórios palestinos ocupados, sem contar com Jerusalém Oriental, cresceu pouco mais de 50%, pulando de 200.297 em 2001 para 301.200 em 2009. Em 2008, o crescimento anual da população colonial foi três vezes maior que a população dentro de Israel. Além de expandir os assentamentos existentes, Israel continuou a construir novos (HAREUVENI, 2010 apud HUBERMAN, 2014). Também se intensificaram as políticas de controle à circulação, agravadas com a construção do muro a partir de 2002.

Com o fracasso dos processos de paz o que se viu foi a intensificação da ocupação – a sucessiva construção de assentamentos, o aumento do controle de circulação etc. – e conseqüentemente um aumento das desconfianças por parte dos dois povos envolvidos com o conflito. Com a perspectiva de resolução do conflito cada vez mais distante, o movimento de paz de mulheres se debilitou, especialmente em períodos críticos, durante as operações do IDF “chumbo fundido” em 2008/2009 e mais recentemente “margem protetora” em 2014⁴⁷. As mulheres não conseguiram influenciar o governo israelense a mudar a sua política, tampouco conseguiram ser incluídas nas negociações de paz⁴⁸. O governo israelense se afastou cada vez mais do discurso de paz e a repressão aos movimentos de paz aumentou.

Diante disso, observa-se que as ativistas em prol da paz que se mantiveram na luta em nível local, conscientes dos numerosos desafios, optaram por enfrentar a realidade cada vez mais complexa desde uma perspectiva feminista, buscando novas estratégias – como é o caso da CWP e das organizações que abarca (SHARONI, 2012). Entre as novas estratégias, uma muito importante foi a busca por apoio fora das fronteiras nacionais. Observa-se que (e isso não foi exclusivo ao movimento de mulheres) ONGs e movimentos israelenses e palestinos passaram a buscar apoio de organizações da sociedade civil de outros países, além de governos e organizações internacionais, para pressionar Israel “desde fora”. Colocou-se entre as prioridades mobilizar a comunidade internacional para confrontar a ocupação israelense e as violações aos direitos humanos cometidas contra os palestinos, uma vez que em nível local não houveram grandes mudanças na política governamental. Trata-se do efeito bumerangue explicado por Keck e Sikkink: “quando os canais de participação se encontram bloqueados, a

⁴⁷ “Em 27 de dezembro de 2008, às onze e meia da manhã, as forças israelenses empreenderam, sem nenhuma advertência, uma devastadora campanha de bombardeios contra a Faixa de Gaza, conhecida como operação ‘Chumbo Fundido’. O objetivo declarado desta ofensiva era pôr fim aos ataques com foguetes que grupos armados afilhados ao Hamas e a outras facções palestinas lançavam contra Israel. Em 18 de janeiro de 2009, quando tanto Israel como o Hamas declararam unilateralmente o cessar fogo, haviam morrido cerca de 1.400 palestinos, entre eles em torno de 300 crianças e centenas de civis desarmados, e tinham sido arrasadas extensas zonas de Gaza, deixando milhares de pessoas desalojadas” (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2009, p. 1). A operação militar Margem Protetora foi levada a cabo por Israel na Faixa de Gaza no contexto do conflito que durou 50 dias, entre 8 de julho e 26 de agosto de 2014. A magnitude da destruição foi enorme. Segundo dados da ONU, morreram cerca de 2200 palestinos, entre os quais mais de 1500, entre eles mais de 500 crianças, eram civis. A destruição de infraestrutura e de moradias foi expressiva, deixando cerca de 110 mil palestinos desalojados. Ao mesmo tempo, o Hamas e outros grupos armados palestinos dispararam indiscriminadamente milhares de foguetes e bombas caseiras contra zonas civis israelenses, matando 6 civis, inclusive uma criança, Outras dezenas de israelenses resultaram feridos. 64 soldados morreram. Tanto o exército israelense quanto o Hamas e outros grupos armados palestinos cometeram graves violações ao direito humanitário durante o conflito de 2014 (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2014; OCHA, 2014).

⁴⁸ Se bem as mulheres palestinas da Cisjordânia estiveram presentes nas mesas de negociação, nunca ocupam o lugar de tomadoras de decisão (HUSSEINI, 2016).

arena internacional pode ser o único meio que os ativistas domésticos têm para ganhar atenção em suas questões” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 12, tradução nossa).

Foi precisamente o que aconteceu em 2005, quando mais de 170 organizações da sociedade civil palestina, entre as quais grupos de mulheres, subscreveram um apelo ao boicote não-violento a Israel, conhecido como *Boycott, Divestment, and Sanctions* (BDS). O BDS, inspirado no movimento antiapartheid sul-africano dos anos 1980, baseou-se na concepção de que a luta palestina pelos direitos humanos e igualdade necessitava de apoio internacional e que as organizações da sociedade civil global poderiam cumprir importante papel (SHARONI, 2012; SHARONI et al. 2015). A lógica do BDS é a de criar uma resposta global e unificada à ocupação, gerando pressão internacional sobre o governo israelense e impulsionando o fim da ocupação e da violação dos direitos humanos dos palestinos. Através do BDS, ONGs palestinas buscaram transnacionalizar-se, o que significa, na definição de Moghadam, buscar aumentar o seu alcance global e expandir a sua diversidade, a sua representação e a sua influência (MOGHADAM, 2012, p. 14).

Não parece coincidência que uma das primeiras organizações israelenses a responder positivamente ao BDS foi justamente a CWP – uma organização feminista (BAUM; AMIR, 2016). Assim como a CWP, desde 2005 muitas organizações da sociedade civil ao redor do mundo declararam apoio ao BDS ou se engajaram em ações de boicote, dentre as quais redes feministas, inclusive as outras duas redes de mulheres aqui estudadas, WiB e *CODEPINK*. O BDS, como estratégia não-violenta de enfrentamento à ocupação, parece convergir com os princípios e as estratégias das redes transnacionais feministas de paz.

O foco da luta de mulheres israelenses e palestinas contra a ocupação mudou, deixou de estar baseado no diálogo entre mulheres em nível local e passou a apoiar-se na solidariedade feminista transnacional. Essa nova estratégia aposta no poder da solidariedade local, regional e global para transformar a realidade (SHARONI, 2012).

Tendo isso em mente, direciona-se aqui o olhar às atividades realizadas por três redes feministas de paz que se articulam transnacionalmente e, como mulheres, lutam contra a ocupação israelense.

3.2 Ativismo feminista transnacional contra a ocupação israelense: *Coalition of Women for Peace, Women in Black e CODEPINK*

3.2.1 Coalition of Women for Peace

A *Coalition of Women for Peace (CWP)* diferente do WiB e do CODEPINK, não é uma rede transnacional e sim uma ONG israelense. No entanto, a CWP é, além de uma ONG independente, uma organização tipo “guarda-chuva” que congrega o movimento de paz de mulheres em Israel. As 11 organizações que integram a coalizão são formadas por mulheres judias e palestinas israelenses que lutam pela paz. A coalizão é coordenada por duas mulheres, uma judia e uma palestina. A CWP foi escolhida como estudo de caso neste capítulo por ser a organização que coordena os esforços dos grupos de paz de mulheres judias e palestinas em Israel e que mantém a conexão internacional do movimento de paz de mulheres em Israel, trabalhando em rede com diversas organizações ao redor do mundo, inclusive o WiB e o CODEPINK.

A CWP se auto-define como uma coalizão que reúne organizações de paz de mulheres israelenses judias e palestinas feministas e que trabalha para acabar com a ocupação, resistir ao militarismo, empoderar e mobilizar mulheres judias e palestinas na luta por justiça social e igualdade e defender os direitos humanos – utilizando a não-violência como ferramenta de mudança. Entre as características mais importantes da CWP está a articulação que realiza com movimentos de paz internacionais, ONGs e tomadores de decisão, buscando engajar a comunidade internacional nos esforços para alcançar a paz entre Israel e a Palestina (CWP, 2010). Foi criada em 2000 por mulheres israelenses judias e palestinas e logo se tornou uma coalizão que associa diversas organizações feministas nas quais mulheres judias e palestinas trabalham pela paz. Ainda durante a segunda intifada, a CWP tornou-se a organização que lidera o movimento de paz de mulheres em Israel (CWP, 2010).

Trata-se de uma ONG independente, financiada por meio de doações de organizações e fundações que a apoiam, quase todas estrangeiras e a maioria europeias, como a Comissão Europeia e a Fundação Rosa Luxemburgo⁴⁹, além de doadores individuais. A equipe profissional fixa da CWP é de cerca de 25 pessoas. Desde a sua criação, a CWP formou uma

⁴⁹ A Fundação Rosa Luxemburgo iniciou parceria com a CWP em 2003 com o ambicioso objetivo de educar para a democracia e a paz em Israel.

organização não-hierárquica, as decisões são tomadas por consenso em assembleias que ocorrem uma vez ao mês e que estão abertas a qualquer mulher que se identifica com os princípios da CWP e deseja ser ativa (SHARONI, 2012). Construíram e mantêm um *website* em 4 línguas (hebraico, árabe, inglês e russo), através do qual divulgam suas atividades e buscam fornecer informação alternativa sobre a situação local, a partir de uma perspectiva de gênero.

A CWP criou e está envolvida em uma enorme variedade de projetos e ações. De forma geral, tem como principais métodos de ação: demonstrações públicas não-violentas, protestos disruptivos e criativos⁵⁰, vigílias, ativismo midiático, educação e conscientização pública, formação de coalizões, *lobby*, advocacia internacional, organização de petições públicas e a mais recente estratégia: o ativismo econômico. A CWP demonstra-se altamente hábil em cooperar com outras organizações e articular-se no âmbito internacional, sendo a organização que mantém a conexão internacional do movimento de paz de mulheres em Israel. Para a maioria dos projetos, a CWP procura apoio fora das fronteiras do Estado, já que dentro de Israel as barreiras impostas pelo governo ao ativismo de paz são expressivas. Busca também articular-se com outras organizações da sociedade civil israelense e realizar parcerias, além de investir nas oportunidades de cooperação com mulheres palestinas dos territórios ocupados, com as quais busca criar bases para o ativismo conjunto (CWP, 2010). Uma característica marcada de movimentos feministas e da coalizão em especial é a criatividade das ações, que buscam chamar a atenção do público⁵¹.

A coalizão coloca-se como uma organização feminista que luta pela paz em Israel/Palestina. Conectam o objetivo de acabar com a ocupação com o de empoderar – pessoal e coletivamente – as mulheres envolvidas: “A CWP está comprometida com o empoderamento de mulheres de diversos segmentos da sociedade, engajando-as em ativismo feminista de paz”. Adotam como princípio que grandes mudanças precisam de liderança feminina e buscam influenciar as mulheres a levantar a sua voz e agir contra as relações de gênero que violentamente reduzem seu papel na sociedade ao papel reprodutivo (CWP, 2008, *on-line*, tradução nossa). Baseando-se nas teorias feministas de segurança, criticam os princípios da masculinidade militarizada e defendem que a paz (e não a guerra) é a melhor maneira de

⁵⁰ Organizam, por exemplo, *flashmobs* com músicas e cartazes em protesto à ocupação, como o fizeram em 2010 com o *flashmob* “acabem com o Apartheid, é tempo de dizer não a Israel”, realizado em frente à Ópera de Tel-Aviv (CWP, 2010)

⁵¹ Em 2005 a CWP foi premiada pela sua contribuição à transformação criativa e não-violenta do conflito Israel-Palestina (CWP, 2005).

promover segurança. Concordam com a já exposta concepção de que quanto mais um governo se ocupa com a segurança nacional através de um aumento da força militar, menos os seus cidadãos, especialmente as mulheres, desfrutam de segurança física (SHARONI, 1993).

Desde a sua criação, a CWP participa de eventos internacionais de mulheres e organiza eventos que reúnem organizações de vários países em Israel, como estratégia para aumentar a sua articulação no âmbito nacional e internacional. Em diversas oportunidades organizaram conferências internacionais sobre resistência não-violenta que, segundo a CWP, realizam-se com o objetivo de estender o círculo de contatos, criar redes e promover cooperação entre os ativistas no campo da resistência não-violenta (CWP, 2014b). No início de 2016, a CWP esteve presente na sexagésima sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), participando como palestrante no painel de discussão que debateu o papel das mulheres na construção da paz em Israel e Palestina⁵².

A CWP, assim como todos os movimentos de paz em Israel, não tem boas relações com o governo nacional e suas ações são muitas vezes reprimidas por este. No discurso de ativista da CWP Yasmeen Daher: “a política israelense com relação aos protestos não-violentos é a de que qualquer opinião que não serve ao chamado ‘interesse nacional’ deve ser perseguida, silenciada e rejeitada” (CWP, 2009, *on-line*, tradução nossa)⁵³. Ativistas da CWP e das organizações membro são reprimidas pelo governo e marginalizadas pela sociedade israelense, o que limita fortemente o seu poder de impacto. Diante dessa realidade, a CWP, junto com outras ONGs israelenses, vem-se obrigadas a procurar apoio internacional para pressionar o governo “desde fora”. Para a maioria dos projetos, a CWP procura apoio fora das fronteiras do Estado, onde encontra instituições mais receptivas às suas demandas. A CWP se tornou uma eficiente formadora de coalizões e experiente em trabalho em rede com redes feministas transnacionais justamente porque encontrou os canais com o governo no âmbito doméstico bloqueados e pois aposta no trabalho em rede para promover suas missões e campanhas.

A CWP foi a primeira organização israelense em reconhecer a legitimidade do BDS como meio para pressionar o governo a modificar a política de ocupação. Em 2007, a CWP criou um projeto de pesquisa chamado “*Who Profits from the Occupation?*” (Quem lucra com a ocupação?), dedicado à investigação de corporações envolvidas com o sistema de ocupação⁵⁴

⁵² O debate está filmado e disponível no YouTube, ver <https://www.youtube.com/watch?v=7qWs3uSEwNU>

⁵³ Discurso da ativista se encontra no relatório anual de 2009 da CWP.

⁵⁴ Companhias diretamente envolvidas com a construção de assentamentos, com o muro de separação, com a construção de estradas na Cisjordânia pelas quais só judeus israelenses podem transitar, corporações que vendem armas usadas para reprimir civis palestinos.

com o objetivo de expor quem se beneficia financeiramente deste sistema, através da criação de uma base de dados de companhias públicas e privadas, israelenses e estrangeiras, que lucram diretamente com a ocupação. O projeto cresceu e se transformou em uma importante base de dados que provê informação sobre mais de 500 empresas para campanhas e organizações ao redor do mundo (CWP, 2009). “*Who Profits from the Occupation?*” obteve sucesso em estimular o debate sobre a influência de interesses econômicos nas decisões políticas sobre a ocupação e o fez com uma perspectiva de gênero, expondo o envolvimento corporativo nos mecanismos de controle da população palestina, mulheres em particular (CWP, 2015b)⁵⁵. A base de dados do “*Who Profits?*” tornou-se uma ferramenta-chave do movimento global de ativismo econômico contra a ocupação e BDS. A campanha “*Stolen Beauty*”⁵⁶ do CODEPINK surgiu de uma parceria da rede com o projeto da CWP. A visibilidade global do projeto ajudou a promover o trabalho da CWP. Tanto o CODEPINK quanto a CWP, assim como outras organizações feministas, apostam no ativismo econômico como uma nova estratégia de pressão. Segundo Sharoni, apesar de não ser identificado como um projeto feminista, a essência e execução do “*Who Profits?*” são exemplos de estratégia feminista criativa de combate à ocupação (SHARONI, 2012).

Além do ativismo econômico, destacam-se outros projetos da CWP, dentre os quais a organização de tours aos territórios ocupados com o objetivo de expor a realidade da ocupação desde uma perspectiva feminista⁵⁷; demonstrações semanais ao lado do muro de separação realizadas em conjunto com ativistas palestinas; campanhas para promover uma nova visão de segurança, oposta à visão tradicional que predomina na sociedade e governo israelense, criticando o militarismo masculinizado e os altos gastos militares do governo e defendendo que segurança humana é muito mais do que um exército forte⁵⁸; campanhas para protestar contra a

⁵⁵ Além disso, o projeto trouxe reais efeitos, já que algumas corporações israelenses e estrangeiras mudaram suas práticas, como por exemplo se desvincular da construção de assentamentos.

⁵⁶ Campanha de protesto contra a ocupação, explicada na terceira subseção da presente seção.

⁵⁷ Nos tours aos territórios ocupados, chamados de “tours da realidade”, visitam-se locais como *checkpoints* e o muro de separação – locais que muitos israelenses desconhecem, buscando mostrar a realidade do sistema de ocupação. Além disso, busca-se também, através de conversas com palestinos, promover uma nova visão do “outro”, uma visão mais humana. Os participantes dos tours costumam ser jovens e educadores.

⁵⁸ Através da campanha “Segurança para quem?”, ativistas da CWP defendem que a paz é a melhor maneira de promover segurança, não a guerra. No marco desta campanha, escreveram *position papers* a representantes políticos sobre a relação entre militarização e violência sexual. Com este projeto, buscam passar a mensagem de que negociar a paz com os palestinos vai assegurar a segurança de Israel muito mais do que manter um sistema de ocupação e conflito (CWP, 2007).

violência de gênero, a qual relacionam com a ocupação e o militarismo da sociedade israelense; campanhas antimilitaristas em suporte aos jovens que se recusam a realizar o serviço militar obrigatório; projetos de empoderamento feminino, estimulando a participação das mulheres na luta pelos seus próprios direitos e pela paz e buscando aumento da presença de mulheres no parlamento e conseqüentemente no processo de tomada de decisão e de negociação de paz⁵⁹.

3.2.2 Women in Black

De acordo com o *website* da rede transnacional, *Women in Black* (WiB) é uma rede mundial de mulheres comprometidas com a paz e justiça e ativamente contra a injustiça, a guerra, o militarismo e outras formas de violência. São mulheres que vivem essas violências de distintas maneiras em distintas regiões do mundo, e buscam se unir e apoiar os movimentos umas das outras. Um foco importante é desafiar as políticas militaristas dos seus próprios governos. O WiB mundial, constituído pelos distintos grupos espalhados pelo mundo, é tanto um movimento quanto uma fórmula para ação (WiB⁶⁰, [200-?]).

Como exposto no capítulo anterior, o WiB nasceu em Jerusalém em 1988, quando um grupo de mulheres judias e palestinas israelenses, vestindo-se de preto, começou a fazer vigílias silenciosas às sextas feiras, segurando placas com a mensagem: “*End the Occupation*”. Foi ainda durante o período da primeira intifada que os primeiros grupos de WiB começaram a surgir espontaneamente em outras cidades ao redor do mundo, em solidariedade às mulheres em Israel. Hoje existem grupos de WiB em todos os continentes do globo; alguns focados exclusivamente na problemática da ocupação israelense, enquanto outros envolvidos com uma agenda variada⁶¹, sempre guiados pelo princípio combater a guerra e lutar pela justiça (WiB, [200-?]).

Como rede transnacional de mulheres, o WiB carece de estrutura formal. Cada grupo de WiB local e cada vigília é autônoma. Alguns dos grupos locais se institucionalizam e se

⁵⁹ A CWP realizou campanhas em prol da implementação da Resolução 1325, em conjunto com organizações de mulheres palestinas.

⁶⁰ *Website* internacional do *Women in Black* - <http://womeninblack.org/>

⁶¹ Para citar alguns exemplos, na Itália, o *Women in Black* já protestou contra uma grande variedade de questões, desde a ocupação israelense até a violência do crime organizado. Na Alemanha, protestou-se contra o neonazismo, xenofobia e armamento nuclear. Na Índia, ocorrem vigílias pelo fim da marginalização das mulheres pelo fundamentalismo religioso. Durante a guerra nos Balcãs, o WiB deu um exemplo de cooperação inter-étnica (SVIRSKY, 2005).

transformam em ONGs, comitês ou outro tipo de instituições e inclusive constroem coalizões em nível local e internacional com outras organizações, enquanto outros mantêm um alto grau de informalidade. Mulheres ativistas do WiB se descrevem como uma rede de solidariedade feminista internacional pela paz. Não se tem registro exato de quantos grupos de WiB existem, nem de quantas mulheres incluem ou quantas ações já foram empreendidas. Quando em 2001 o WiB Israel convocou vigílias contra a ocupação israelense, pelo menos 150 grupos de WiB ao redor do mundo responderam⁶². O WiB Israel estimou que no total 10 mil mulheres estiveram envolvidas na mobilização de 2001 (COCKBURN, 2007).

A principal forma de ação do WiB é a vigília, a qual definem como uma “demonstração não-violenta realizada por uma ou mais pessoas que seguram cartazes em um local público para expressar uma visão política” (WiB, [200-?], *on-line*, tradução nossa). Os diferentes grupos de WiB organizam vigílias – geralmente silenciosas – em locais públicos, vestindo roupas pretas, segurando placas com mensagens políticas, entregando panfletos. As vigílias locais, sempre em protesto contra a violência, o militarismo e a guerra, costumam realizar-se semanalmente e sempre no mesmo lugar, por um grupo exclusivo de mulheres⁶³. Cada grupo de WiB local tem as suas particularidades e isso inclui o tipo de ação em que se engaja. Não obstante as vigílias sejam o tipo de ação que caracterizam o WiB, as mulheres de preto também se engajam em outros tipos de ação direta, sempre não-violentas e não-agressivas, como bloquear estradas, invadir bases militares e outras zonas proibidas, recusar-se a acatar ordens, enviar cartas a seus governos, organizar abaixo-assinados entre outros.

O WiB mundial possui declaradamente uma perspectiva feminista. Segundo o *website* da organização, acreditam que “a violência masculina contra mulheres na vida doméstica e na comunidade, em tempos de paz e em tempos de guerra, estão inter-relacionadas. A violência é usada como um meio de controlar as mulheres” (WiB, [200-?], *on-line*, tradução nossa). Por tratar-se de um movimento de paz liderado por mulheres, as ativistas são muitas vezes questionadas sobre a relação entre a sua luta e o fato de serem mulheres lutando juntas. No que concerne à relação entre mulheres e paz, o WiB não tem uma visão essencialista, ou seja, não se apoia na crença de que as mulheres sejam naturalmente pacíficas ou mais pacíficas do que os homens. A visão do movimento é a de que as mulheres tendem a se envolver com ativismo

⁶² A lista dos 24 países que fizeram então vigílias inclui Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bélgica, Canada, Dinamarca, Inglaterra, França, Alemanha, Índia, Israel, Itália, Japão, México, Holanda, Espanha, Suíça, Turquia, EUA entre outros.

⁶³ Raramente ocorre a presença de homens nas vigílias.

em prol da paz em função de sua experiência de vida como mulher, experiência essa generificada⁶⁴, principalmente em contexto de guerra: “sabemos o que justiça e opressão quer dizer, porque as experimentamos como mulheres. A maioria das mulheres têm uma experiência diferente da guerra daquela que a maioria dos homens têm”. Acreditam que, como mulheres feministas, possuem uma “perspectiva particular em segurança e algo único a dizer sobre a guerra” (WiB, [200-?], *on-line*, tradução nossa). Além disso, com relação à serem um grupo só de mulheres, se apoiam na convicção de os grupos de paz mistos marginalizam as mulheres e não possuem uma perspectiva de gênero. Acreditam que ao atuarem como mulheres, sem a presença de homens, a sua voz é verdadeiramente ouvida. Além disso podem, como mulheres, escolher as formas de ação com as quais se sentem mais confortáveis: não-violentas e expressivas (WiB, [200-?]).

A vestimenta preta é uma das marcas do movimento e trata-se de um símbolo. Trajar-se de preto tradicionalmente simboliza o luto. Ativistas mulheres, ao vestir-se de preto durante os protestos, transformam o tradicional papel do luto passivo ocupado pela mulher durante a guerra. Representam a mulher que abandona o lar e o luto pelos mortos da guerra e passa a desempenhar um papel ativo contra a própria guerra. “Ações feministas em que mulheres se vestem de preto [...] são uma poderosa rejeição à lógica da guerra” (WiB, [200-?], *on-line*, tradução nossa). Nas palavras de uma ativista do WiB Belgrado, “somos muito mais visíveis quando nos vestimos de preto, nos tornamos mais poderosas. Vestir-nos de preto é uma atitude política” (WiB BELGRADO, 2013, *on-line*, tradução nossa)⁶⁵.

A comunicação dos diversos grupos locais ocorre via e-mail, através do grupo de e-mails do WiB global (em inglês). O *website* do WiB global centraliza a divulgação das ações dos distintos grupos e permite o redirecionamento para os *websites* dos grupos nos distintos países e cidades⁶⁶. Além disso, ativistas do WiB organizam encontros do movimento, nos níveis nacionais, regionais e internacionais, e participam de encontros internacionais de mulheres. Em 1995, a maioria dos grupos de WiB então existentes se encontraram na Quarta Conferência

⁶⁴ Com experiência generificada, referimo-nos ao fato de que as mulheres ocupam papéis diferentes àqueles ocupados pelos homens nos diversos âmbitos da vida cotidiana em sociedade. Essas diferenças, como visto, são mais acentuadas em um contexto de guerra. Como exemplos, geralmente os homens lutam e as mulheres cuidam; as mulheres, diferente dos homens, temem ser estupradas.

⁶⁵ O discurso da ativista se encontra na publicação do WiB Belgrado de 2013, intitulada “*Women for Peace*”.

⁶⁶ Observa-se que o *website* principal se encontra em relativa situação de abandono, com muitas informações desatualizadas, entretanto os *websites* de muitos WiB locais estão muito bem estruturados e também conectados uns com os outros.

Mundial sobre a Mulher, em Pequim, onde foi possível o estabelecimento de uma rede de comunicação global para o WiB e, dessa forma, o nascimento de uma identidade de rede transnacional de WiB. O maior encontro da rede foi a conferência internacional intitulada “*Women Resist Occupation and War*”, que reuniu durante três dias mais de 700 ativistas provenientes de 44 países distintos, entre os quais regiões em conflito, na cidade de Jerusalém em 2005⁶⁷. Entre painéis e workshops, discutiram temas como militarismo, ocupação, resistência feminista, violência de gênero e articulação internacional, além disso, as ativistas organizaram três atos políticos pedindo o fim da ocupação e a paz entre os dois povos (SVIRSKY, 2005). Em 2014 mais de 100 mulheres do WiB, provenientes de 22 países europeus diferentes, se encontraram na Bélgica e, durante três dias, discutiram os desafios para a paz e segurança humana na Europa e as políticas militares europeias (WiB LONDRES, 2014). A realização de encontros internacionais permitiu a consolidação de uma identidade de rede transnacional ao *Woman in Black*. Nesses eventos, definiram princípios, metas e compromissos comuns que configuram o WiB mundial. Comprometeram-se como rede transnacional de mulheres a trabalhar em prol da liberdade, igualdade, justiça, paz, direitos das mulheres e um mundo livre de violência; a desafiar as políticas militaristas de seus governos e lutar pelo desarmamento e condenar todas as formas de violência às quais as mulheres são submetidas em contextos de conflito, em zonas militarizadas e em suas vidas diárias. Definiram como essencial a participação de mulheres na prevenção e resolução de conflitos e nas negociações de paz, em acordo com a resolução 1325 da ONU⁶⁸ (WiB, 2005). Ao final da conferência de 2014, realizaram uma declaração em formato de poema intitulada “Não em Nossos Nomes”, através da qual pedem o fim das guerras, das intervenções militares e das armas nucleares, o fim do racismo e das perseguições aos migrantes, o fim das perseguições aos movimentos de paz e, em oposição a tudo isso, a inclusão das mulheres na prevenção e solução de conflitos, oportunidades iguais e respeito aos direitos humanos, e respeito ao seu direito feminista e não violento de desafiar a ordem imperante (WiB LEUVEN, 2014).

Não obstante o objetivo de ver o fim da ocupação israelense deixou de ser o único do WiB, continua sendo um importante motivo das vigílias do movimento – não apenas em

⁶⁷ A organização logística da conferência ficou a cargo da CWP. Como resultado da conferência, novos grupos de WiB foram criados e aumentou o comprometimento dos grupos com o objetivo de acabar com a violência no Oriente Médio (CWP, 2005).

⁶⁸ Consta na declaração de 2005 que “A participação ativa e igualitária de mulheres de diversos ambientes na tomada de decisão é crucial para assegurar que questões relacionadas aos direitos econômicos, sociais, nacionais, étnicos e culturais das mulheres, a liberdade de escolha e a segurança sejam efetivamente levantadas e abordadas” (WiB, 2005, *on-line*, tradução nossa).

Israel/Palestina, também em muitas cidades ao redor do mundo. A declaração final da convenção de Jerusalém de 2005 deixa claro a visão do WiB global sobre a resolução do conflito entre Israel e Palestina. Em tal documento afirma-se que como vias para a paz justa entre os dois povos é necessário o fim da ocupação e das práticas a ela relacionada, como a violência contra civis, a construção de assentamentos, a demolição de casas e limitações à circulação, além da liberação dos prisioneiros políticos. Acreditam que deve-se voltar às fronteiras de 1967, tendo Jerusalém como capital para dois Estados. Colocam como necessidade que Israel respeite as resoluções da ONU sobre os refugiados palestinos e que se respeitem os direitos civis dos cidadãos palestinos-israelenses (WiB, 2005).

Na prática, muitos dos grupos de *Women in Black* realizam vigílias em apoio ao BDS, pedindo o fim da ocupação e do “apartheid”. Imagens de vigílias dos distintos grupos, disponíveis no *website* do WiB mundial, mostram que as mensagens escritas nas placas das vigílias (geralmente em vários idiomas) com frequência são “parem a ocupação”; “só justiça para os palestinos poderá trazer paz para Israel”; “parem os bloqueios e agressões contra Gaza”; “Women in Black contra a ocupação israelense, “Palestina, cercada, boicotada e ocupada”; “mulheres dizemos não à ocupação, não à guerra”.

No âmbito local, distintos WiB organizam atividades no marco do BDS. Em Londres por exemplo, em cada vigília semanal pedem-se assinaturas para uma carta através da qual se demanda ao governo britânico que tome atitudes em determinada questão. Em 2015, durante a vigília pelo fim da ocupação israelense, juntaram assinaturas para a carta que enviaram ao governo britânico pedindo seu apoio ao embargo internacional à venda de armas a Israel, além da adesão ao BDS (WiB LONDON, 2014). Outro exemplo é o WiB Los Angeles, que em mais de uma oportunidade engajou-se em atividades de boicote cultural à Orquestra Filarmônica de Israel, que não aceitou manifestar-se contra a ocupação durante performances em Los Angeles. Com apoio de outros movimentos, organizaram uma grande manifestação, demandando “acabem com o apartheid israelense e boicotem a Filarmônica israelense” (WiB LA, 2007).

Desde as primeiras vigílias realizadas em Jerusalém, até vigílias realizadas hoje ao redor do mundo, mulheres do WiB enfrentam repressão e discriminação durante as ações. São inúmeros os relatos de ativistas sobre agressões verbais sofridas durante as vigílias, normalmente direcionadas à luta contra a ocupação (são chamadas de antissemitas por exemplo) e ao fato de serem mulheres (são chamadas de mulheres loucas por exemplo).

3.2.3 CODEPINK

A organização *CODEPINK: Women for Peace*⁶⁹, é, segundo definição própria, uma organização liderada por mulheres que trabalham pelo fim das guerras e do militarismo e em apoio a iniciativas de paz e de direitos humanos, e que procura dar voz às mulheres nessas questões. Foi criada em 2002 como um esforço contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos (EUA). Inicialmente, as ativistas do *CODEPINK* dedicavam-se à realização de vigílias em frente à casa branca, manifestando por paz (*CODEPINK*, 2015c). A iniciativa teve continuidade e se espalhou por outras regiões do país e, em pouco tempo, surgiram grupos relacionados em distintas cidades do mundo, os *Codepinkers*⁷⁰, transformando-se o *CODEPINK* em uma rede transnacional de ativismo feminista de paz, focada em lutar contra a guerra e o militarismo. Entre as distintas causas com as quais a rede está mais envolvida se encontra o combate à ocupação israelense da Palestina e ao suporte dos EUA às políticas de ocupação de Israel.

Em semelhança ao WiB, evitam uma organização muito estruturada, são uma rede de pequenas organizações locais comunicadas. O *CODEPINK* EUA centraliza o trabalho dos distintos grupos da rede, que estão espalhados ao redor do mundo⁷¹. As duas sedes centrais que coordenam o grupo ficam em Washington DC e Los Angeles, e contam com uma equipe profissional composta por 20 mulheres e 1 homem, além de estagiárias. Financiam-se principalmente através de doações individuais. As centrais do *CODEPINK* nos EUA dispõem uma grande variedade de material além de apoio para os grupos localizados em outros países. De acordo com o *website* da rede, as sedes norte-americanas e as sedes espalhadas pelo mundo trabalham em solidariedade para reduzir o militarismo mundial (*CODEPINK*, 2015c). Em alguns casos, delegações dos EUA deslocaram-se para atuar em outros países, como o fizeram em Israel e Gaza em 2014.

A principal forma de ação é o protesto criativo. Com ênfase em humor em base ao princípio da não-violência, as táticas do grupo incluem sátiras, teatro de rua, exposições visuais, resistência civil, e manifestações. As ações costumam ser pequenas e realizam-se em locais

⁶⁹ *CODEPINK: Women for Peace* (código rosa: mulheres pela paz) é o nome completo da rede feminista aqui estudada. Utilizamos apenas *CODEPINK* pois é assim que a rede é conhecida.

⁷⁰ *Codepinkers* é o nome que utilizam para referir-se aos grupos de *CODEPINK* que atuam fora dos Estados Unidos.

⁷¹ Existem grupos de *CODEPINK* no Brasil, Austrália, Reino Unido, Japão, Alemanha, Ira, Irlanda, Hungria entre outros.

públicos onde haja grande circulação de pessoas. As ações do grupo, como pode ser observado nos vídeos que disponibilizam em seu *website*, são pouco numerosas mas muito chamativas. Buscam, com criatividade, chamar a atenção do público para a mensagem que transmitem e, em muitas das ações, ser disruptivas⁷²; apoiam o que chamam de “desobediência civil não-violenta”. Assim como a CWP, investem em ativismo midiático⁷³. O repertório de ação do *CODEPINK* inclui também o humanitarismo e a solidariedade transnacional.

Apesar de estarem também convidados os homens, o *CODEPINK* é, como sugere o nome (“mulheres pela paz”), uma rede formada por mulheres, que busca particularmente engajar mães, avós, irmãs e filhas, trabalhadoras, professoras, cantoras, escritoras, estudantes, profissionais da saúde, artistas e poetisas do sexo feminino, além de todas as mulheres indignadas em ativismo contra o militarismo global (*CODEPINK*, 2015c). A rede, que se autodeclara feminista, encara a luta contra a guerra e o militarismo como uma luta de mulheres; “as mulheres fazem a mudança, mulheres levam à paz com justiça, mulheres são e serão as criadoras de um mundo melhor, ou não haverá um mundo melhor” (*CODEPINK*, 2016, *on-line*, tradução nossa). Organizar-se como mulheres permite-lhes adotar mais livremente suas estratégias. Segundo a ativista da rede Janet Weil, “uma vez que as mulheres fomos excluídas das instituições de poder por tanto tempo, tivemos sempre de inovar, ser criativas e pensar fora da caixa patriarcal” (*CODEPINK*, 2016, *on-line*, tradução nossa).

A cor do grupo é, como o próprio nome diz, o rosa, o qual está muito presente nas ações. A escolha do nome – código rosa em inglês – foi uma paródia da utilização de códigos de alerta de segurança típicos durante a administração Bush para indicar ameaças terroristas: código amarelo, laranja e vermelho. Segundo o *CODEPINK*, o código rosa simboliza, em vez de medo, violência e guerra, um alerta à necessidade de promover a paz (*CODEPINK*, 2015c). O uso de símbolos como este é típico de movimentos feministas.

Ativistas do *CODEPINK* participam de fóruns internacionais em paz e guerra e encontros de ativistas mulheres. Além disso cooperam com outras organizações e movimentos da sociedade civil, tanto locais quanto estrangeiros. *CODEPINK* trabalha em rede com outras

⁷² Nos estados unidos, ativistas do *CODEPINK* são conhecidas pelas suas práticas disruptivas, como infiltrar-se em reuniões no congresso com seus cartazes e gritos antimilitaristas. As ativistas durante as ações são muitas vezes provocadoras e desafiadoras frente à autoridades. Ativistas do *CODEPINK* interrompendo reuniões no congresso, confrontando autoridades, ocupando e acampando em frente a estabelecimentos oficiais são constantemente notícia nos EUA.

⁷³ Envia comunicados à imprensa, oferecem treinamento midiático a grupos locais, enviam alertas semanais via e-mail, organizam petições *online* entre outros. Além disso, utilizam as redes sociais para se divulgar.

organizações feministas como o WiB, WILPF e MADRE, com as quais organiza atividades conjuntas, troca informação e trabalha em solidariedade. Grupos locais de WiB e *codepinkers* realizam protestos e vigílias em conjunto, em Belgrado por exemplo.

Em 2008 criaram o programa “Justiça para a Palestina”, dedicado à luta contra a ocupação israelense e em prol dos direitos humanos dos palestinos. No marco deste programa, desenvolveram uma série de atividades do tipo boicote em protesto à ocupação israelense e ao que chamam de sistema de apartheid israelense⁷⁴. Foi durante o período da Operação Chumbo Fundido do IDF entre 2008 e 2009 que ativistas feministas do *CODEPINK* decidiram agir frente ao conflito Israel-Palestina. Assim, organizaram delegações em parceria com a CWP para levar ajuda humanitária a Gaza e oferecer auxílio a mulheres afetadas pela violência. Em Israel, ativistas do *CODEPINK* se reuniram com mulheres palestinas e israelenses engajadas com ativismo de paz e visitaram territórios ocupados, o que impulsionou a decisão da organização de endossar o BDS e criar uma campanha própria de boicote. Como consta no *website* da organização, decidiram aderir ao BDS pois apostam no boicote como uma ferramenta não-violenta efetiva para o combate à ocupação.

Utilizando dados disponibilizados pelo “*Who Profits from the Occupation?*” (projeto de ativismo econômico da CWP), criaram a campanha “*Stolen Beauty*” (Beleza Roubada), tendo como alvo os cosméticos produzidos pela marca *Ahava*, que fabrica em territórios ocupados e se utiliza de matéria prima encontrada em terras palestinas. A “*Stolen Beauty*” é a mais importante das campanhas que o *CODEPINK* organizou no marco do BDS. Segundo consta no *website* da campanha:

Escolhemos [a marca] *Ahava* porque, apesar de que esta etiqueta seus produtos como ‘*made in Israel*’, sua principal fábrica está localizada em um assentamento ilegal no território palestino ocupado da Cisjordânia; e porque a sua prática de escavar lama das margens do Mar Morto na Cisjordânia ocupada para a utilização nos seus produtos é contra a lei internacional⁷⁵. Os assentamentos na Cisjordânia – todos ilegais ante a lei internacional – são um impedimento à uma paz justa tanto para israelenses quanto para palestinos (STOLENBEAUTY, 2012, *on-line*, tradução nossa).

Segundo ativista da rede em entrevista à Maia Carter Hallward, escolheram a marca *Ahava* como alvo do boicote pois, por tratar-se de um produto utilizado por mulheres, caberia às mulheres boicotá-lo (CODEPINK entrevista 1, HALLWARD, 2012).

⁷⁴ Referem-se com apartheid principalmente ao controle de circulação imposto pelo governo israelense aos palestinos dos territórios ocupados, assim como as limitações que encontram os palestinos israelenses como cidadãos de “segunda classe”.

⁷⁵ Especificamente a Quarta Convenção de Genebra

O objetivo da campanha é o de educar e conscientizar para promover mudanças em nível individual entre os consumidores, como também influenciar mudanças nas políticas da empresa. As ações da campanha são sempre criativas e chamativas; em algumas das ações as ativistas vestem-se de noivas (“*BDS brides*”) e protestam em lojas que vendem os produtos da *Ahava*, encenando casamentos e cantando canções com frases em protesto à ocupação israelense.

Buscando aumentar o impacto da campanha, criaram um guia de ação passo-a-passo para ser utilizado pelos grupos de *Codepinkers* ao redor do mundo, assim como por outros grupos que desejassem aderir. Disponibilizam no *website* da rede, além do guia que indica detalhadamente como proceder para contribuir com o boicote à *Ahava*, panfletos prontos para impressão e letras de músicas para cantar durante as ações. Para divulgação conjunta, criaram um canal no *Youtube* no qual são publicados os vídeos das ações. Trata-se de uma estratégia muito criativa para aumentar o impacto da campanha internacionalmente, facilitando que *codepinkers* espalhados pelo mundo adiram e que novos grupos sejam criados.

Em março de 2016, 7 anos após o início da campanha, a *Ahava* anunciou que retirará sua fábrica dos territórios ocupados da Cisjordânia (CODEPINK, 2016). Além da “*Stolen Beauty*”, CODEPINK engaja-se em outras campanhas de boicote contra empresas envolvidas com a ocupação, em parceria com distintas redes ativistas que endossam o BDS, inclusive a CWP.

3.3 Redes feministas contra a ocupação: solidariedade transnacional e mobilização da identidade de gênero para promover a paz

A seção anterior do presente capítulo apresentou os três movimentos feministas com escopo internacional escolhidos como estudos de caso nesta pesquisa, focando em quatro aspectos: seus métodos de ação, suas identidades de gênero e feministas, sua articulação internacional e suas ações contra a ocupação israelense.

A partir disso, busca-se avançar na discussão, relacionando tais aspectos à teoria sobre feminismo transnacional, por um lado, e ao debate sobre mulheres e paz, por outro.

3.3.1 Estratégias e articulação internacional: solidariedade feminista transnacional

As redes de advocacia transnacional são, segundo Keck e Sikkink, organizadas para “promover causas, ideias, princípios e normas, e frequentemente envolvem indivíduos

defendendo mudanças políticas que não podem ser facilmente relacionadas aos seus interesses” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 8, tradução nossa). Efetivamente, nos três casos aqui estudados quando mulheres ao redor do mundo se engajam em ativismo contra a ocupação o fazem motivadas por princípios e ideias antimilitaristas, feministas e de solidariedade que compartilham, e não por interesses próprios.

A participação em encontros e conferências internacionais, considerados típicos da ação feminista e vistos como meio de impulso à formação de redes (KECK; SIKKINK, 1998; MOGHADAM, 2012), são práticas habituais dos três movimentos aqui estudados. *Women in Black*, *CODEPINK* e a *Coalition of Women for Peace* participam de conferências internacionais junto com outras redes e organizam seus próprios encontros internacionais. No caso do WiB, um dos importantes marcos para a consolidação da identidade transnacional da rede foi a participação dos distintos grupos locais na Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, em 1995, que permitiu a formação de uma rede global de comunicação do grupo. Para a CWP, a participação em fóruns de discussão de organizações da sociedade civil, como o realizado no marco da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) no início de 2016, permite ampliar o escopo internacional de sua atuação, construir coalizões com outros grupos de mulheres e se divulgar. *CODEPINK*, em menor dimensão, também se envolve em eventos internacionais, como o fez em 2015, no ato pelo Dia internacional da Mulher pela Paz e o Desarmamento na Zona Desmilitarizada da Coreia⁷⁶.

A criatividade em múltiplos âmbitos, como na utilização de símbolos e rituais e na formulação de projetos, é característica distintiva dos movimentos feministas. Ativistas dos três movimentos mostram-se extremamente criativas – as do *CODEPINK* em especial, ao elaborar projetos inovadores, ao escrever paródias e gritos de guerra para os protestos e na ação direta. As mulheres do WiB com suas poderosas vigílias silenciosas que conseguem transmitir fortes mensagens sem o uso da palavra falada: “o silêncio é uma dimensão da vida das mulheres que conscientemente escolhemos para utilizar como modo de protesto”, “queremos demonstrar que o silêncio não significa aprovação, mas de fato, o contrário” (WiB BELGRADO, 2013, *on-line*, tradução nossa). As ativistas da CWP que continuam a criar novas formas de enfrentar a ocupação israelense, notadamente o ativismo econômico no qual se envolveram fortemente nos últimos anos e vêm obtendo sucesso.

⁷⁶ Em maio de 2015, as líderes do *CODEPINK* se juntaram com outras 30 mulheres envolvidas com a promoção da paz (ativistas, acadêmicas, diplomatas, representantes da ONU etc.) e 3 mil mulheres participantes no local em um evento pelo Dia internacional da Mulher pela Paz e o Desarmamento, no qual atravessaram a Zona Desmilitarizada entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul (CODEPINK, 2015a).

A observação das estratégias de ação do WiB, *CODEPINK* e CWP demonstra a utilização dos métodos empregados por organizações feministas apontados pela literatura, e, efetivamente, há muitas similaridades entre os três movimentos. Entre os métodos de ação típicos do ativismo feminista se encontram a ação direta não-violenta, as ações disruptivas, a educação e advocacia pública, a conscientização pública, a formação de coalizões, os protestos e demonstrações públicas e o ativismo midiático: todas estratégias utilizadas pelos três movimentos feministas. A coerência entre fins e meios também pode ser observada; como exemplo, a CWP esclarece no seu *website* que insiste em trabalhar as relações de poder que existem dentro da própria organização; buscam “trazer à superfície complexas questões do trabalho conjunto como mulheres judias e palestinas” e trabalhar em estrutura não-hierárquica (CWP, 2010, *on-line*, tradução nossa).

A observação dos discursos e ações das três redes com relação à articulação transnacional das três redes permite perceber que a solidariedade feminista transnacional está na essência da articulação das redes feministas transnacionais que buscam combater o militarismo. A solidariedade feminista transnacional, baseada na interconexão de histórias, experiências e lutas das diversas mulheres guia a articulação transnacional dessas redes. As redes feministas de paz são meios através dos quais mulheres se solidarizam umas com as outras para além das fronteiras nacionais e linhas de conflito, contra o militarismo e a violência (BAKSH; HARCOURT, 2015, MOGHADAM, 2005). A solidariedade feminista que articula lutas políticas pela paz está ligada a compromissos e princípios compartilhados, como o antimilitarismo. A ideia da solidariedade transnacional como “motivação” das redes feministas anti-guerra fica bem ilustrada no discurso do WiB a seguir:

A solidariedade de mulheres não reconhece fronteiras. [...] A solidariedade do movimento de paz de mulheres na Europa e em outros lugares tem nos ajudado a superar momentos de profundo desespero. Graças a essa solidariedade conseguimos ajudar mulheres e outras vítimas de guerra. A rede de solidariedade de mulheres contra a guerra e a criação de numerosos grupos de suporte nos preenche da mais sincera ternura” (WiB BÉLGRADO, 1993, *on-line*, tradução nossa).

Dentro do WiB global, a ideia de solidariedade transnacional está muito presente, baseada não em semelhanças essencialistas entre mulheres, mas sim em experiências e princípios compartilhados tanto quanto em diferenças – diferentes contextos, diferentes visões de feminismo – a diversidade é reconhecida e valorizada; as mulheres se conectam como mulheres reconhecendo suas particularidades e diferenças. A CWP, por sua vez, age, antes de mais nada, em solidariedade com as irmãs palestinas ocupadas. Notamos que assina grande parte dos documentos que produz como “em solidariedade, *Coalition of Women for Peace*”. Nas palavras de Fathiya Saghreer, membro da CWP: “estamos sempre em solidariedade com

mulheres que lutam pelos seus direitos e sobrevivência ao redor do mundo” (SAGHREER, 2009 apud CWP, 2009, p.4, tradução nossa). No caso do *CODEPINK*, é a solidariedade com mulheres vivendo em contextos de guerra e conflito ao redor do globo e com àquelas lutando pela paz que motiva as suas ações. Seja pautando-se em noções mais essencialistas ou mais políticas, a luta contra a ocupação israelense das redes feministas com escopo internacional aqui estudadas está guiada pela solidariedade feminista.

Dado que tanto o WiB, *CODEPINK* e CWP quanto outras organizações, movimentos e acadêmicas feministas ao redor do mundo, como as citadas nos anteriores capítulos Judith Butler, Simona Sharoni e Ronit Lentin, declararam apoio ao BDS como método para pressionar o governo israelense a pôr um fim ao sistema de ocupação, surge como questionamento o porquê do apoio ao BDS por parte dos movimentos feministas. Chega-se à resposta de que o BDS, como estratégia não-violenta, antimilitarista, antiopressão, solidária, antirracista e transnacional se mostra adequada aos movimentos feministas, especialmente aos transnacionais. Trata-se de uma estratégia que, assim como o feminismo transnacional, tem suas raízes na solidariedade com os oprimidos, marginalizados e invisibilizados. A lógica do BDS de construir solidariedade entre aqueles que resistem à opressão é congruente com as teorias e práticas feministas. Segundo Sharoni, não podemos nos chamar de feministas e combater desigualdades e injustiças sem tomar uma posição no que está acontecendo na Palestina e, nesse sentido, o BDS é uma “expressão da solidariedade feminista transnacional” (SHARONI et al., 2015).

A interseccionalidade, conceito muito utilizado pelo movimento e teoria feministas, refere-se à noção de que diferentes marcos de identidade, como raça, classe e gênero se interconectam e produzem múltiplas formas de opressão e desigualdade⁷⁷. Olhar para a guerra e o militarismo através das lentes de gênero permite enxergar “não somente o gênero mas também a intersecção de gênero com outras identidades na política pessoal e global” (SJOBERG; VIA, 2010, p. 236, tradução nossa). Utilizando a complexa análise das múltiplas formas de opressão que caracteriza a interseccionalidade feminista, o BDS aparenta ser uma estratégia não-violenta e solidária para combater a opressão aos palestinos ocupados, especialmente às mulheres, oprimidas pelos múltiplos sistemas de dominação. O discurso de apoio ao BDS da *National Women’s Studies Association* (NWSA) evidencia essa visão: “como [...] feministas, nós reconhecemos a interconexão das formas de opressão sistêmicas. No espírito dessa perspectiva interseccional não podemos ignorar a injustiça e a violência, inclusive

⁷⁷ Ver Crenshaw (1989, 1991); Mohanty (1988); Davis (1981).

sexual e de gênero, perpetrada contra os palestinos” (NWSA, 2015, *on-line*, tradução nossa). O BDS se mostra como oportunidade para uma resposta feminista solidária transnacional coerente à problemática da ocupação israelense (SHARONI et al., 2015).

A maioria das redes de advocacia transnacionais baseia-se em contatos informais e troca de informação, tendo como objetivo gerar mudança política, geralmente em algum tema específico e em função de um discurso comum, valores compartilhados e uma troca densa de serviços e informações (KECK; SIKKINK, 1998). A solidariedade feminista transnacional conecta mulheres ao redor do mundo em torno de princípios e objetivos comuns. No caso do WiB, *CODEPINK* e CWP, em torno dos princípios compartilhados da não-violência, antimilitarismo e empoderamento feminino conectam-se internamente e uns com os outros na luta contra a ocupação israelense. O fazem guiados pela prática da solidariedade feminista com as mulheres oprimidas de múltiplas formas pela ocupação, com aquelas dominadas pela militarização da sociedade que aprofunda as assimetrias de gênero e com aquelas que lutam no âmbito local.

3.3.2 Mulheres organizadas *como mulheres*: mobilizando a identidade de gênero

Observar os princípios e a forma de ação das redes aqui estudadas permite compreender com mais clareza o que ativistas feministas já compreenderam há tempo: para alcançar a paz é preciso que ocorra uma transformação profunda nas relações de gênero. O militarismo e a guerra promovem a perpetuação das relações de gênero assimétricas, que por sua vez, como visto, facilitam a ocorrência da guerra. Alcançar a paz é um objetivo inseparável do objetivo de superar relações sociais de dominação e subordinação como o são as relações de gênero, por isso o ativismo de paz de mulheres deve incluir o objetivo feminista de empoderar as mulheres nos diversos âmbitos da sociedade.

As ativistas do WiB, CWP e *CODEPINK* que se engajam em ativismo de paz e campanhas anti-militaristas o fazem *como mulheres*, ou seja, como colocado por Goldstein, atuando em nome de seu gênero (GOLDSTEIN, 2001). O fato dos movimentos feministas aqui estudados se organizarem *como mulheres* está relacionado a dois fatores principais. Em primeiro lugar, às suas experiências generificadas e a consciência de que, como mulheres, podem oferecer contribuições novas ao processo de construção da paz, trazendo a sua perspectiva. Em segundo lugar, o fato de se organizarem em grupos *exclusivos* de mulheres tem a ver com criarem um espaço próprio, onde não são marginalizadas e onde podem desenvolver

métodos e estratégias próprias, com criatividade, promovendo a não-violência em todos os âmbitos: nas suas campanhas, nas suas palavras, seus gestos e suas relações interpessoais (COCKBURN, 2006).

Segundo Cockburn, nenhuma mulher do movimento feminista antimilitarista vai afirmar que as mulheres são naturalmente pacíficas e os homens naturalmente agressivos: “ativistas de paz têm que ser otimistas sobre mudanças serem possíveis, [...] e isso é incompatível com as noções de homem e mulher reducionistas” (COCKBURN, 2006, p. 8, tradução nossa). No discurso dos três casos, especialmente do WiB, isso pode ser observado. Entretanto, as suas visões sobre si mesmas – como mulheres lutando pela paz – difere, assim como a importância que dão a essa identidade.

No caso do *CODEPINK*, se declaram uma organização feminista e mencionam ter entre seus objetivos o de dar voz às mulheres. Nas perguntas frequentes do *website*, respondem ser uma “organização liderada por mulheres que busca empoderar mulheres politicamente, criando espaços para que as mulheres possam falar de justiça e paz em suas comunidades, na mídia e nos corredores do Congresso” (CODEPINK, 2015b, *on-line*, tradução nossa). Falam de empoderamento de mulheres mas a palavra feminismo foi claramente evitada, o que pode ser interpretado como uma estratégia para atrair um maior número de pessoas, sem abandonar princípios feministas (ROHRER, 2008). A palavra gênero não aparece em nenhum dos espaços de descrição da organização no *website*. O foco do grupo é lutar pela paz e contra o militarismo, deixando a luta contra a desigualdade de gênero menos presente. Já a CWP e o WiB demonstram estar constantemente refletindo e discutindo questões relacionadas ao gênero e agindo pelo empoderamento feminino. A CWP organiza seminários sobre empoderamento da mulher no marco do projeto “Empoderando mulheres, construindo paz”, com o qual afirmam buscar “aumentar a participação das mulheres e engrandecer a nossa capacidade de defender os nossos direitos”; “atrair mulheres a engajar-se em ativismo civil e político significa lidar com assuntos que dizem respeito ao dia a dia das mulheres” (CWP, 2012, *on-line*, tradução nossa). No discurso do WiB fica clara a visão de que a luta de mulheres contra o militarismo constitui por si só uma forma de empoderamento e politização das mulheres.

Quanto à ligação entre mulheres e a paz, o discurso do *CODEPINK* não faz referência a uma suposta natureza pacífica feminina, entretanto se apoiam de certa forma no discurso materno, ao colocarem as mulheres como “guardiãs da vida” e são reducionistas ao afirmar que os homens naturalmente fazem a guerra:

Mulheres tem sido as guardiãs da vida – não porque somos melhores ou mais puras ou naturalmente mais carinhosas do que os homens, mas porque os homens têm se

ocupado fazendo a guerra. Por causa da nossa responsabilidade com a próxima geração, por causa do nosso próprio amor por nossas famílias e comunidades [...] entendemos o amor de uma mãe no Iraque pelos seus filhos, e o desejo de uma criança pela vida (CODEPINK, 2006, *on-line*, tradução nossa).

Por outro lado, o discurso do WiB quanto às conexões entre mulheres e paz é completamente diferente, baseada na experiência generificada: “sabemos o que justiça e opressão quer dizer, porque as experimentamos como mulheres. A maioria das mulheres têm uma experiência diferente da guerra daquela que a maioria dos homens têm” (WiB, [200-?], *on-line*, tradução nossa). As ativistas do WiB baseiam seu ativismo *como mulheres* contra o militarismo na experiência generificada da violência, e não em características inerentes ao feminino. O discurso da CWP está também apoiado na concepção de que a experiência da guerra afeta as mulheres de diferentes maneiras e que as mulheres estão excluídas dos processos de negociação formais:

Nós, organizações de paz de mulheres [...] demandamos que a guerra não seja mais uma opção, tampouco a violência uma estratégia, nem matar uma alternativa. [...] É claro que o maior preço é pago pelas mulheres – que agora, como sempre, estão excluídas do discurso dominante. O tempo para as mulheres é agora. Demandamos que palavras e ações sejam conduzidas em outra língua (CWP, 2009, *on-line*, tradução nossa).

A CWP declaradamente encara a luta pela paz e a luta pelo empoderamento da mulher como uma única luta: “algumas de nós chegaram ao movimento de paz através do feminismo, e outras de nós chegaram ao movimento de liberação da mulher através do movimento de paz. Agora todas nós encontramos difícil separar os ideais dos dois movimentos” (CWP, 2015a, *on-line*, tradução nossa). O importante é compreender que quando essas mulheres se organizam para resistir à guerra o fazem estimuladas por suas experiências - em diversos contextos - como mulheres, muito mais do que por uma inclinação inata à paz (EL-BUSHRA, 2007).

Cabe também mencionar que as três redes abordam a necessidade de incluir a voz das mulheres nas negociações de paz, fazendo referência à Resolução 1325 do CSNU e pedindo pela sua implementação, sem dispensar um olhar crítico à mesma.

A análise do discurso e das ações das três redes aqui estudadas demonstra que o ativismo em si, ou seja, o fato de que estas mulheres se engajem em grupos ativistas feministas pela paz, já consiste em um empoderamento. As mulheres ativistas estão, pessoalmente, desafiando as relações de poder determinadas pelo gênero; ao se engajarem em ativismo de paz, realizando atividades como protestos, vigílias e boicotes, as mulheres abandonam seus tradicionais papéis. Isso fica ilustrado pela justificativa que ativistas do WiB dão ao uso da roupa preta: simboliza que o ativismo de mulheres, *como mulheres*, contra a guerra, é uma forma de desafiar as normas de gênero. Abandonar seus papéis tradicionais e engajar-se em ativismo de paz em grupos de

mulheres politiza as mulheres: permite que mulheres se eduquem entre elas, troquem experiências, discutam, conectem o âmbito pessoal com o político, as torna mais críticas. Se o engajamento entre mulheres ocorre em nível transnacional, pode aumentar ainda mais a consciência e impulsionar a luta feminista (SVIRSKY, 1996).

Em suma, *Women in Black*, *CODEPINK* e *Coalition of Women for Peace* mobilizam-se como mulheres e se conectam através das fronteiras por meio da prática da solidariedade feminista, para combater a opressão e a injustiça; para opor-se às guerras e ao militarismo; para lutar pelo fim da ocupação israelense. Dessa forma, mostram como a luta contra a ocupação israelense é uma luta de mulheres que ultrapassa as fronteiras nacionais; é uma luta contra o militarismo masculinizado e as guerras, pela paz e pelo fim das assimetrias de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres ao redor do mundo se unem, frequentemente em grupos exclusivos de mulheres e com orientação feminista, para protestar contra a guerra e o militarismo e promover a paz. Diversas redes feministas de paz incluem a problemática da ocupação israelense em sua agenda. O presente trabalho buscou, a partir dos estudos de caso de três redes feministas, analisar o ativismo feminista transnacional contra a ocupação israelense, focando simultaneamente na articulação transnacional feminista e na mobilização da identidade de gênero para promover a paz.

Para possibilitar a análise da atuação das três redes aqui estudadas, buscou-se primeiramente apresentar teorias e conceitos essenciais para a análise. Assim, o primeiro capítulo procurou explicar que gênero é aqui entendido como uma relação de poder socialmente construída, da qual resultam relações assimétricas entre homens e mulheres, também no âmbito internacional; argumentar que as relações de gênero assimétricas são ao mesmo tempo causa e consequência da guerra; mostrar que existe um amplo debate que relaciona mulheres e paz e que a luta pela paz está fortemente relacionada com a luta pela superação de relações sociais de dominação e subordinação como o são as relações de gênero e finalmente expor que existem características compartilhadas pelas redes feministas transnacionais, entre as quais a prática da solidariedade transnacional.

Na sequência, o segundo capítulo direcionou o olhar para as dimensões de gênero da ocupação israelense, mostrando como as mulheres e os homens ocupam papéis distintos e sofrem impactos distintos no contexto de uma ocupação militar e colonial, concluindo que a ocupação israelense afeta a vida das mulheres de forma particular em função do gênero e reproduz as relações de gênero assimétricas. Além disso, revisou a trajetória histórica do ativismo de mulheres na sociedade israelense e na palestina, focando na luta contra a ocupação e pela paz que ganhou força a partir da primeira intifada palestina em 1987. Foi possível perceber a existência de uma forte relação entre a luta pela paz e a luta pela superação das assimetrias de gênero, tanto do lado palestino quanto do lado israelense, encarada por muitas ativistas como uma única luta. Ao enxergar a ocupação israelense a partir de uma perspectiva de gênero e perceber que ela reproduz as assimetrias existentes entre homens e mulheres e aprofunda a relação de subordinação das mulheres aos homens, ativistas passaram a conectar a luta contra a ocupação e a militarização da sociedade, ou mesmo a luta nacionalista no caso das ativistas palestinas, com a luta pela superação da marginalização das mulheres. Também percebeu-se que as mulheres ativistas em prol da paz enfrentaram inúmeras dificuldades para

atuar e não conseguiram atingir o seu grande objetivo, o de acabar com a ocupação e promover a paz entre os dois povos, e diante disso buscaram novas estratégias, entre as quais construir alianças internacionais. Apesar de não terem obtido sucesso em acabar com a ocupação, ao se envolverem em movimentos ativistas de mulheres, palestinas e israelenses se empoderaram.

No terceiro capítulo foram expostas as principais características das redes *Coalition of Women for Peace*, *Women in Black* e *CODEPINK*, identificadas a partir de seus discursos, seus relatórios anuais, *newsletters* e descrições nos respectivos *websites* entre outras fontes. Focou-se em quatro aspectos: seus métodos de ação, suas identidades de gênero e feministas, sua articulação internacional e suas ações contra a ocupação israelense. Prosseguiu-se com a análise da atuação das três redes sob a ótica de dois prismas, o da articulação transnacional feminista e o da mobilização da identidade de gênero para promover a paz.

Pôde-se observar que, em diferentes países, mulheres organizadas em redes exclusivas de mulheres para promover a paz, com orientação feminista e escopo internacional, agem em solidariedade com mulheres sofrendo com o militarismo e a violência em zonas de conflito e também com aquelas que ativamente desafiam essa realidade. Nos casos aqui estudados, redes feministas agem em solidariedade com as mulheres sofrendo com a ocupação e lutando contra esta em Israel e Palestina, engajando-se em diversas formas de ativismo, motivadas não por interesses próprios e sim por ideias e princípios compartilhados.

As redes feministas que lutam contra a ocupação compartilham diversas características. Uma característica importante é a realização de conferências internacionais e a participação em encontros internacionais de mulheres, que servem como fóruns para trocas de ideias, formação de coalizões, formação de identidade grupal, auto-divulgação etc. Além disso, a criatividade é um traço comum dos movimentos feministas transnacionais, assim como o domínio e utilização do ativismo midiático, o uso do protesto não-violento, a prática de educação e conscientização pública, entre outros.

As redes de solidariedade feminista transnacional aqui analisadas constituem uma forma de resistência às guerras e ao militarismo. Percebe-se que é através da solidariedade feminista transnacional que redes feministas de paz se articulam em torno ao objetivo comum de lutar contra a ocupação israelense. Construir solidariedade entre aqueles que são oprimidos caracteriza a ação feminista, que busca combater não apenas a opressão em função do gênero como também as múltiplas formas de opressão que caracterizam sistemas militarizados, como o é a ocupação israelense. O BDS, que representa uma nova estratégia internacional para fazer

frente à ocupação israelense, se mostra como oportunidade para uma resposta feminista solidária transnacional coerente à esta problemática.

A solidariedade feminista que articula lutas políticas pela paz está ligada a ideias, compromissos e princípios compartilhados, como o antimilitarismo, a não-violência, a promoção da paz e o empoderamento da mulher. É em torno desses compromissos, princípios e ideias que as redes feministas se conectam internamente e umas com as outras para defender determinada causa. Assim, guiadas pela prática da solidariedade feminista com as mulheres oprimidas de múltiplas formas pela ocupação, com aquelas dominadas pela militarização da sociedade e pelo aprofundamento das assimetrias de gênero e com aquelas que lutam localmente, redes feministas se conectam na luta contra a ocupação israelense.

Como visto, o fato de que estas mulheres se engajem em grupos ativistas feministas pela paz é por si só uma forma de empoderamento. Ao se engajar em ativismo de paz, as mulheres estão, pessoalmente, desafiando as normas de gênero, e mesmo que não atinjam o objetivo concreto de, no caso, acabar com a ocupação, estão se empoderando. Quando mulheres se engajam em ativismo de paz em redes feministas desafiam os papéis tradicionais determinados pelas relações de gênero. As mulheres, atuando em redes feministas, se politizam, se educam entre elas, trocam experiências, conectam o pessoal com o político e com o internacional, e tornam-se mais críticas. O engajamento entre mulheres em nível transnacional é ainda mais empoderador.

Com base no discurso dos WiB, CWP e *CODEPINK* percebe-se que mulheres se organizam em redes feministas de paz como mulheres, mobilizando sua identidade de gênero não porque sejam pacíficas por natureza. O fazem porque acreditam que em base às suas experiências generificadas, podem ter contribuições inovadoras a fazer em prol da paz; podem ter algo coerente a dizer sobre a violência do passado e do presente que contribua para um futuro menos violento (COCKBURN, 2007). Sabem o que é a opressão, a injustiça e a marginalização, principalmente em tempos de guerra, porque o vivem como mulheres. Se envolvem, como mulheres, em ativismo de paz porque enxergam as relações de gênero como relações de poder e conectam a guerra e a dominação de gênero. Dessa forma, mobilizam sua identidade de gênero para promover a paz.

As mulheres se organizam em redes exclusivas de mulheres, ou seja, separadamente como mulheres, justamente porque conectam a sua experiência diária como mulheres com a experiência da guerra e do militarismo. Além disso, se organizam em grupos exclusivos de mulheres porque assim podem escolher suas próprias estratégias e ter a sua voz, como mulheres,

mais escutada. E finalmente, porque assim podem mostrar o que muitos homens não entendem, que a luta pela paz e a luta pela transformação das relações de gênero estão intimamente relacionadas.

Não é sem razão que grande parte dos grupos de mulheres engajadas com a promoção da paz são feministas. Essas mulheres sabem que as relações de gênero são ao mesmo tempo causa e consequência da guerra, sabem que as relações de gênero são relações de poder e de dominação da mulher pelo homem e sabem que em tempos de guerra é reafirmada essa relação. Percebem então que alcançar a paz é um objetivo inseparável do objetivo de superar relações sociais de dominação e subordinação como o são as relações de gênero. Dessa forma, seu ativismo de paz busca unir o objetivo feminista de empoderar as mulheres nos diversos âmbitos da sociedade com o objetivo de acabar com a guerra. “Se as relações de gênero são de fato uma das causas da guerra, conclui-se que uma mudança transformadora nas relações de gênero deve fazer parte dos esforços pela paz. Trabalho de gênero é trabalho de paz” (COCKBURN, 2010b, *on-line*, tradução nossa).

Women in Black, *CODEPINK* e *Coalition of Women for Peace* demonstram o profundo desejo que mulheres têm de agir contra a guerra e o militarismo e promover a paz. Esse desejo não está enraizado em características intrínsecas à natureza feminina, mas sim nas experiências que mulheres vivem na sociedade patriarcal que as oprime e marginaliza, especialmente em tempos de guerra. Sendo assim, mulheres conectam a sua luta contra a guerra e o militarismo com sua experiência generificada como mães, irmãs, filhas, avós – *como mulheres*. Mobilizando sua identidade de gênero e se conectando através das fronteiras por meio da prática da solidariedade feminista, mostram como a luta contra a ocupação israelense é uma luta de mulheres em nível transnacional: contra o militarismo masculinizado, pela superação das relações de gênero assimétricas e pela paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUNIMAH, Ali. Vote backing boycott challenges feminists to take clear stand on Palestine. **The Electronic Intifada**, 29 nov. 2015. Disponível em: <<https://electronicintifada.net/blogs/ali-abunimah/vote-backing-boycott-challenges-feminists-take-clear-stand-palestine>>. Acesso em 26 mar. 2016.

ABDO, Nahla. Women of the intifada: gender, class and national liberation. **Race & Class**, v. 32, n. 4, p. 19-34, 1991.

ABDO, Nahla; LENTIN, Ronit. **Women and the politics of military confrontation: Palestinian and Israeli gendered narratives of dislocation**. [S.l.], Berghahn Books, 2002.

AMIR, M; BAUM, D. Is BDS Feminist? **International Feminist Journal of Politics (IFJP)**, *on-line*. St Andrews, 11 mar. 2016. Disponível em < <http://www.ifjpjournal.org/?p=215>>. Acesso em 28 mar. 2016.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Familias bajo escombros: ataques israelíes a viviendas habitadas**, *on-line*. Madrid, 2014. Disponível em < <http://amnistiainternacional.org/publicaciones/224-familias-bajo-escombros-ataques-israelies-a-viviendas-habitadas.html>>. Acesso em 26 abr. 2016.

_____. **Israel y los Territorios Ocupados Conflicto, ocupación y patriarcado: La carga que soportan las mujeres**, *on-line*. Madrid, 2005. Disponível em < <https://www.amnesty.org/en/documents/MDE15/016/2005/en/>>. Acesso em 3 abr. 2016.

_____. **Israel/Gaza. Operación " plomo fundido": 22 días de muerte y destrucción**, *on-line*. Madrid, 2009. Disponível em <<http://amnistiainternacional.org/publicaciones/80-israel-gaza-operacion-plomo-fundido-22-dias-de-muerte-y-destruccion.html>>. Acesso em 26 abr. 2016.

AROUSHI, Sahla. Women, Peace and Security: Moving beyond Feminist Pacifism. **Political Studies Association Annual Conference**, S.l, v. 11, p. 1-20, 2009.

BAKSH, Rawwida; HARCOURT, Wendy. **The Oxford handbook of transnational feminist movements**. New York: Oxford University Press, 2015.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 2011.

CHAZAN, Naomi. Peace Action and Conflict Resolution: An Israeli- Palestinian Exploration. In PODEH, Elie ; KAUFMAN, Asher. **Arab-Jewish Relations: From Conflict to Resolution**. Brighton: Sussex Academic Press, 2006. p. 283-318.

CHAZAN, Naomi; MAR'I, Mariam. What has the occupation done to Palestinian and Israeli women? In: MAYER, Tamar. **Women and the Israeli Occupation: The Politics of Change**. London; New York: Routledge, 1994. p. 16-32.

COALITION OF WOMEN FOR PEACE (CWP). **2005 Annual Report**, *on-line*. Jerusalem, 2005. Disponível em < <http://coalition.s482.sureserver.com/wp-content/uploads/2010/12/CWP-Annual-Report-2005.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016.

_____. **2006 Annual Report**, *on-line*. Jerusalem, 2006. Disponível em < <http://coalition.s482.sureserver.com/wp-content/uploads/2010/12/CWP-Annual-Report-2006.pdf>>. Acesso em 26 fev. 2016.

_____. **2007 Annual Report**, *on-line*. Jerusalem, 2007. Disponível em < <http://coalition.s482.sureserver.com/wp-content/uploads/2010/12/CWP-Annual-Report-2007.pdf>>. Acesso em 2 mar. 2016.

_____. **2008 Annual Report**, *on-line*. Jerusalem, 2008. Disponível em < <http://coalition.s482.sureserver.com/wp-content/uploads/2010/12/CWP-Annual-Report-2008.pdf>>. Acesso em 3 mar. 2016.

_____. **2009 Annual Report**, *on-line*. Jerusalem, 2009. Disponível em < <http://coalition.s482.sureserver.com/wp-content/uploads/2010/12/CWPR2009ReportInternet.pdf>>. Acesso em 3 mar. 2016.

_____. **About CWP**, *on-line*. Jerusalém, 2010. Disponível em < <http://www.coalitionofwomen.org/about-1/about/?lang=en>>. Acesso em 6 mar. 2016.

_____. **Anti-Apartheid Flashmob at the Tel Aviv Opera House**, video, 2010. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=wElyrFOnKPk>>. Acesso em 12 mar. 2016.

_____. **Gender Sensitivity and Feminist Methodologies: Information Kit for Activists Groups and Civil Society Organizations**, *on-line*, 2014a. Disponível em <http://www.coalitionofwomen.org/wp-content/uploads/2014/10/140930_feministools.pdf>. Acesso em 28 mar. 2016.

_____. **Newsletter April 2012**, *on-line*, 30 abr. 2012. Disponível em <<http://www.coalitionofwomen.org/cwp-newsletter-april-2012/?lang=en>>. Acesso em 28 mar. 2016.

_____. **Newsletter May 2011**, *on-line*, 23 mai. 2011. Disponível em < <http://www.coalitionofwomen.org/english-cwp-newsletter-may-2011/?lang=en>>. Acesso em 26 mar. 2016.

_____. **Piecing it together: Feminism and Nonviolence**, *on-line*, 2015a. Disponível em <<http://www.coalitionofwomen.org/wp-content/uploads/2015/08/Piecing-it-together-Feminism-and-NV-excerpts.pdf>>. Acesso em 30 mar. 2016.

_____. **Reem 'Amer: Nonviolent Resistance does not Supplant Other Forms of Resistance**, *on-line*. Nazaré, Dez. 2014b. Disponível em < http://www.coalitionofwomen.org/wp-content/uploads/2015/08/Reem_Alarab-article_Eng1.pdf>. Acesso em 1 abr. 2016

_____. **The gendered aspect of Israeli checkpoints in the OPT**: Position Paper, *on-line*, 2015b. Disponível em < <http://www.coalitionofwomen.org/wp-content/uploads/2016/04/Mahsomim-english-web-final.pdf>>. Acesso em 3 abr. 2016.

COCKBURN, Cynthia. **From where we stand**: War, women's activism and feminist analysis. London; New York: Zed Books, 2007.

_____. Militarism and War. In: SHEPHERD, Laura. J. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010a. p. 105-115.

_____. Getting to peace: what kind of movement? **Open Democracy**, 19 abr 2010b. Disponível em <<https://www.opendemocracy.net/5050/cynthia-cockburn/getting-to-peace-what-kind-of-movement>>. Acesso em 3 jun. 2016.

_____. Snagged On The Contradiction: NATO, UNSC Resolution 1325, and Feminist Responses. In: **Originalmente apresentado no encontro anual “No to War–No to NATO, Dublin”**. 2011. p. 15-17.

_____. **Women’s Movements Against War: an international perspective**, *on-line*, 2 fev 2006. Disponível em <<http://www.cynthiacockburn.org/BlogwomenVwarInternational.pdf>>. Acesso em 1 jun. 2016.

CODEPINK. **About Us**, *on-line*, 2006. Disponível em <<http://codepinkarchive.org/article.php?list=type&type=3>>. Acesso em 5 abr. 2016.

_____. **CODEPINK Joins International Women Peacemakers for Historic Korea DMZ Crossing**, *on-line*, 18 mai. 2015a. Disponível em <http://www.codepink.org/codepink_joins_international_women_peacemakers_for_historic_korea_dmz_crossing>. Acesso em 4 mai. 2016.

_____. **FAQS**, *on-line*, 2015b. Disponível em < <http://www.codepink.org/faqs>>. Acesso em 26 abr. 2016

_____. **What is CODEPINK?** *on-line*, 2015c. Disponível em < <http://www.codepink.org/about>>. Acesso em 26 abr. 2016.

_____. **Women as change-makers**, *on-line*, 2016. Disponível em < http://www.codepink.org/women_as_change_makers>. Acesso em 23 abr. 2016.

COHN, Carol; KINSELLA, Helen; GIBBINGS, Sheri. Women, Peace and Security Resolution 1325. **International Feminist Journal of Politics**, S.I, v. 6, n. 1, p. 130-140, 2004.

COHN, Carol; RUDDICK, Sara. A Feminist ethical Perspective on Weapons of Mass destruction. In: HASHMI, Sohail. H.; LEE, Steven. P. **Ethics and Weapons of Mass Destruction: Religious and Secular Perspectives**. [s.l.] Cambridge University Press, 2004. p. 405-435

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Journal of International Studies**. v.10, p. 126-155, 1981.

DAJANI, Souad. Between National and Social Liberation: The Palestinian Women's Movement in the Israeli Occupied West Bank and Gaza Strip. In: MAYER, Tamar. **Women and the Israeli Occupation: The Politics of Change**. London; New York: Routledge, 1994. p. 25-54.

DANIELE, Giulia. **Along an Alternative Road: Women, Reconciliation and the Israeli-palestinian Conflict**. 2011. 235 f. PhD Thesis - Politics, Human Rights and Sustainability - Scuola Superiore Sant'Anna/ Institute of Arab and Islamic Studies, University of Exeter, 2011.

DE ALWIS, Malathi; MERTUS, Julie; SAJJAD, Tazreena. Women and peace processes. In: COHN, Carol. **Women and Wars: Contested histories, uncertain futures**. S.I, Polity Press, 2013. p. 169-191.

DELLA PORTA, Donatella ; TARROW, Sidney G. **Transnational Protest and Global Activism**. [S.I.]: Rowman & Littlefield, 2005.

EISENSTEIN, Zillah. Resexing militarism for the globe. In: MOHANTY, Chandra Talpade; RILEY, Robin L.; PRATT, Minnie Bruce. **Feminism and war: Confronting US imperialism**. London: Zed Books, 2008, p. 27-46.

EL-BUSHRA, Judy. Feminism, gender, and women's peace activism. **Development and Change**, v. 38, n. 1, p. 131-147, 2007.

ELIS, Niv. Study finds stubbornly high gender inequality in Israel. **The Jerusalem Post**. 21 jul. 2015. Disponível em < <http://www.jpost.com/Israel-News/Study-finds-stubbornly-high-gender-inequality-in-Israel-409714>>. Acesso em 20 mai 2016.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. _____, 2013.

_____. **Does Khaki Become You? The Militarization of Women's Lives**. London: Pluto Press, 1988.

_____. **Globalization and Militarism: Feminists Make the Link**. [S.I.]: Rowman & Littlefield, 2007.

_____. Understanding Militarism, Militarization, and the Linkages with Globalization. In: GEUSKENS, Isabelle; GOSEWINKEL, Merle; SCHELLENS, Sophie. Gender and Militarism Analyzing the Links to Strategize for Peace. **Women Peacemakers Program (WPP)**, 24 mai. 2014, p. 7-9.

FERREE, Myra M.; TRIPP, Aili M. **Global feminism: Transnational women's activism, organizing, and human rights**. New York: NYU Press, 2006.

GOLDSTEIN, Joshua S. **War and gender: how gender shapes the war system and vice versa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GORKIN, Michael; OTHMAN, Rafiqa. **Three Mothers, Three Daughters: Palestinian Women's Stories**. Berkeley: University of California Press, 1996.

HALLWARD, Maia C. **Transnational Activism and the Israeli–Palestinian Conflict**. New York: Palgrave Macmillan, 2013

HAWKESWORTH, Mary E. **Globalization and feminist activism**. [S.l.], Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

HARDING, Sandra. G. **The Science Question in Feminism**. [s.l.] Cornell University Press, 1986.

HUBERMAN, Bruno. **Judaização da Palestina Ocupada: Colonização, Desapropriação e Deslocamento em Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza entre 1967 e 2013**. 2014. 201f. Dissertação – Programa de pós-graduação em relações internacionais “San Tiago Dantas”, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo 2014.

HUDSON, Heidi. Peace building through a gender lens and the challenges of implementation in Rwanda and Côte d ’ Ivoire. In : SJOBERG, Laura. **Gender and international security: feminist perspectives**. London and New York: Routledge, 2010. p. 256-279.

HUSSEINI, H. **Women's role in the search for Israeli-Palestinian peace**. Nova Iorque, Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), 2016. (Comunicação oral).

KAUFMAN, Joyce. P.; WILLIAMS, Kristen. P. **Women at war, women building peace: challenging gender norm**. Boulder, Colorado: Kumarian Press, 2013.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational Networks on Violence against Women. In:_____. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1998. p. 165-198.

_____. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.

KHAGRAM, Sanjeev, *et al.* **Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and norms**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

LENTIN, Ronit. Israeli and Palestinian women working for peace. **Peace Review**. v. 8, n.3, p. 385-390, 1996.

_____. **Thinking Palestine**. London; New York: Zed Books, 2008.

MAYER, Tamar. The struggle over boundary and memory: nation, borders, and gender in Jewish Israel. **Journal of International Women's Studies**, v. 13, n. 4, p. 29, 2012.

_____. **Women and the Israeli occupation: The politics of change**. Psychology Press, 1994.

MOGHADAM, Valentine. M. Transnational Activism. In: SHEPHERD, Laura. J. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 292-306.

_____. **Globalization and social movements: Islamism, feminism, and the global justice movement**. [S.l.], Rowman & Littlefield, 2012.

_____. **Globalizing Women: Transnational Feminist Networks**. [S.l.]: JHU Press, 2005.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist review**, n. 30, p. 61-88, 1988.

MOHANTY, Chandra Talpade; RILEY, Robin L.; PRATT, Minnie Bruce. **Feminism and war: Confronting US imperialism**. Zed books, 2008.

MONTE, Izadora. X. **Gênero e Relações Internacionais: uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. Dissertação—Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2010.

OCHA. **Occupied Palestinian Territory: Gaza Emergency Situation Report** (as of 4 September 2014, 08:00 hrs), *on-line*. S.l., 4 Set. 2014. Disponível em <https://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_sitrep_04_09_2014.pdf>. Acesso em 26 Mai. 2016.

PANKHURST, Donna. Sexual violence in war. In: SHEPHERD, Laura J. **Gender Matters in Global Politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010. p. 148-160.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

POWERS, Janet M. **Blossoms on the olive tree: Israeli and Palestinian women working for peace**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2006.

PUECHGUIRBAL, Nadine. Peacekeeping, peacebuilding and post-conflict reconstruction. In: SHEPHERD, Laura J. **Gender Matters in Global Politics: a feminist introduction to international relations**, New York: Routledge, 2010. p. 161-175.

REARDON, Betty. **Sexism and the war system**. New York: Teachers College Press, 1985.

RICHTER-DEVROE, Sophie. Defending their Land, Protecting their Men: Palestinian Women's Popular Resistance after the Second Intifada. **International Feminist Journal of Politics**, v. 14, n. 2, p. 181-201, 2012.

ROHRER, Judy. We Say Code Pink': Feminist Direct Action and the 'War on Terror. In: MOHANTY, Chandra Talpade; RILEY, Robin L.; PRATT, Minnie Bruce. **Feminism and war: Confronting US imperialism**. London: Zed Books, 2008, p. 224-231.

RUDDICK, Sara. From maternal thinking to Peace Politics. In: COLE, Eve. B.; COULATRAP-MCQUIN, Susan. **Explorations in Feminist Ethics: Theory and Practice**. Bloomington: Indiana University Press, 1992, p. 141-155.

RYAN, Caitlin. **Bodies, Power and Resistance in the Middle East: Experiences of Subjectification in the Occupied Palestinian Territories**, [S.l.] Routledge, 2015.

SAAR, Tafir. Is a Boycott of Israel Feminist? **Haaretz**. 18 mar. 2016. Disponível em <<http://www.haaretz.com/israel-news/.premium-1.709661>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SALOMÓN, Monica. La teoría de las Relaciones Internacionales en los albores del siglo XXI. Diálogo, disidencia, aproximaciones. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, Madrid. v. 3, p. 1-59, 2002.

SARAGUSTI, Anat. Israel and UNSCR 1325. **Palestine-Israel Journal of Politics, Economics, and Culture**, v. 17, n. 3/4, p. 55, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SHARONI, Simona. **Conflict Resolution Through Feminist Lenses: Theorizing the Israeli-Palestinian Conflict from the Perspective of Women Peace Activists in Israel**. S.l, UMI, 1993.

_____. **Gender and The Israeli-Palestinian Conflict: The Politics of Women's Resistance**. New York: Syracuse University Press, 1995.

_____. Gender and Conflict Transformation in Israel/ Palestine. **Journal of International Women's Studies**. v.13(4), p. 113-128, 2012.

_____. Homefront as battlefield: Gender, military occupation and violence against Women. In: MAYER, Tamar. **Women and the Israeli Occupation: The Politics of Change**. London; New York: Routledge, 1994. p. 107-122.

SHARONI, Simona. et al. Transnational Feminist Solidarity in Times of Crisis: The Boycott, Divestment and Sanctions (BDS) Movement and Justice in/for Palestine. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 4, p. 654-670, 2015.

SHEPHERD, Laura. J. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations**. New York: Routledge, 2010.

SIKKINK, Kathryn. Patterns of dynamic multilevel governance and the insider-outsider coalition. In: DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney G. **Transnational protest and global activism**. Rowman & Littlefield, 2005. p. 151-173.

SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War**. [s.l.] Columbia University Press, 2013.

SJOBERG, Laura; GENTRY, Caron E. **Mothers, monsters, whores: women's violence in global politics**. London: Zed Books, 2007.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, war, and militarism feminist perspectives**. Westport: Praeger Security International, 2010.

SPERLING, Valerie; FERREE, Myra Marx; RISMAN, Barbara. Constructing global feminism: Transnational advocacy networks and Russian women's activism. **Signs**, S.1, v. 26, n. 4, p. 1155-1186, 2001.

STEANS, Jill. **Gender and international relations: an introduction**, New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

STOLENBEAUTY. **CODEPINK & THE BDS MOVEMENT**, *on-line*, 2012. Disponível em < http://www.stolenbeauty.org/codepink_and_the_bds_movement>. Acesso em 1 mai. 2016.

SVIRSKY, Gila. Letter from the Israeli Peace Front. **Off Our Backs**, v. 36, n. 2, p. 74-74, 2006.

_____. Local coalitions, global partners: The women's peace movement in Israel and beyond. **Signs**, v. 29, n. 2, p. 543-550, 2004.

_____. **Standing for peace: A history of Women in Black in Israel**. Jerusalem: Gila Svirsky, 1996.

SVIRSKY, G. **Women in Black: Conference 2005**, *on-line*. Jerusalém, Ago. 2005. Disponível em < <http://www.gilasvirsky.com/wib2005.html>>. Acesso em 1 abr. 2016.

SYLVESTER, Christine. War, sense, and security. In : SJOBERG, Laura. **Gender and International Security : feminist perspectives**. London; New York: Routledge, 2010. p. 24-37.

TESSLER, Mark; WARRINER, Ina. Gender, feminism, and attitudes toward international conflict: Exploring relationships with survey data from the Middle East. **World Politics**, S.1, v. 49, n. 02, p. 250-281, 1997.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge University Press, 2005.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: feminist perspectives on achieving global security**. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-Cold War era**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. **You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists**. Malden: Blackwell, 1997.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Resolution 1325(2000), 31 out. 2000. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES1325%20.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

WOLFF, Cristina S. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. **AEDOS**, v. 5, n. 13, 2013.

WOMEN IN BLACK (WiB). **Final Declaration: Conference 2005**, *on-line*. Jerusalém, Ago. 2005. Disponível em < <http://www.gilasvirsky.com/declaration.html>>. Acesso em 1 mai. 2016.

_____. **Women in black for justice, against war**, *on-line*, [200-?]. Disponível em < <http://womeninblack.org/>>. Acesso em 8 nov. 2015.

WOMEN IN BLACK BELGRADE. **Women for Peace**, *on-line*. Belgrade, 2013. Disponível em < http://zeneucnom.org/pdf/women_for_peace.pdf>. Acesso em 22 abr. 2016.

WOMEN IN BLACK LA. **Silent Vigils Against Israel Philharmonic Performances**, *on-line*, 2007. Disponível em < <http://www.wib-la.org>>. Acesso em 22 abr.

WOMEN IN BLACK LEUVEN. **European Conference of Women in Black, Leuven 2014**, *on-line*. Leuven, ago. 2014. Disponível em < <http://leuven.womeninblack.org/>>. Acesso em 3 mai. 2016.

WOMEN IN BLACK LONDON. **Justice for Palestinians**, *on-line*, 2014. Disponível em < <http://london.womeninblack.org/2013/06/01/justice-for-palestinians/>>. Acesso em 20 mar. 2016.

YUVAL-DAVIS, Nira. Human/women's rights and feminist transversal politics. **Global feminism**: Transnational women's activism, organizing, and human rights, p. 275-95, 2006.

_____. Front and rear: the sexual division of labour in the Israeli army. In: AFSHAR, Haleh. **Women, State and Ideology**: Studies from Africa and Asia. Albany: State University of New York Press, 1987. p. 186-204.

ZALEWSKI, Marysia. Feminist international relations: making sense. In: SHEPHERD, Laura J. **Gender Matters in Global Politics**: a feminist introduction to international relations. New York: Routledge, 2010. p. 28-43.